

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

SERENA VARGAS

**O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO NA TURQUIA E A POLÍTICA
EXTERNA DO PAÍS DURANTE O GOVERNO DE MUSTAFÁ KEMAL
(1923–1938)**

Florianópolis

2016

SERENA VARGAS

**O PROCESSO DE SECULARIZAÇÃO NA TURQUIA E A POLÍTICA
EXTERNA DO PAÍS DURANTE O GOVERNO DE MUSTAFÁ KEMAL
(1923–1938)**

Monografia submetida ao curso de graduação em Relações Internacionais da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito obrigatório para obtenção do grau de Bacharela em Relações Internacionais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Mónica Salomón

Florianópolis

2016

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A Banca Examinadora resolveu atribuir nota 10,0 à aluna Serena Vargas, na disciplina CNM7280–Monografia, pela apresentação deste trabalho.

Banca Examinadora:

Prof^a. Dra. Mónica Salomón
Orientadora

Prof. Dr. Daniel Ricardo Castelan

Prof. Dr. Helton Ricardo Ouriques

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, que sempre me instigaram a buscar conhecimento, que apoiaram as minhas decisões e que foram essenciais para a conclusão de mais esta etapa.

Ao meu irmão, por todo o carinho e preocupação que demonstra para comigo.

Aos amigos, por todos os momentos felizes, por todas as palavras de incentivo.

À minha orientadora, por toda a sua dedicação e auxílio ao longo da pesquisa.

"Küçük bir anahtar büyük kapıları açar."

"Uma chave pequena abre grandes portas." (Provérbio turco).

RESUMO

VARGAS, Serena. **O processo de secularização na Turquia e a política externa do país durante o governo de Mustafá Kemal (1923–1938)**. 2016. 69 f. TCC (Graduação) – Curso de Relações Internacionais, Departamento de Economia e Relações Internacionais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

A Turquia é a precursora entre os países muçulmanos a adotar valores e instituições seculares. O trabalho procura relacionar o processo de secularização da Turquia com a política externa do país durante o governo de Mustafá Kemal Atatürk (1923–1938), fundador e primeiro presidente da República da Turquia. Para isso, explora a ascensão de Atatürk ao poder, o conceito de ideologia kemalista e o fenômeno da secularização na sociedade e no Estado turco com uma política doméstica de modernização. Posteriormente, analisa o perfil e as características da política externa de Atatürk e a relação das suas ações externas com o projeto de secularização da Turquia. Conclui que a política externa kemalista, por meio da (I) orientação pacifista e da (II) orientação pró-ocidente amparou a consolidação da secularização na Turquia. Além disso, conclui que a busca pelo ideal secular se evidenciou como uma estratégia de segurança para o país.

Palavras-chave: Política externa turca. Secularização. Mustafá Kemal Atatürk.

ABSTRACT

VARGAS, Serena. **The process of secularization in Turkey and the country's foreign policy during the government of Mustafa Kemal (1923–1938)**. 2016. 69 p. Thesis (Undergraduate) – International Relations Program, Department of Economics and International Relations, Federal University of Santa Catarina, Florianopolis, 2016.

Turkey is a forerunner amongst Muslim countries to adopt secular institutions and values. This paper tries to relate the secularization process of Turkey through the country's foreign policy during the government of Mustafa Kemal Ataturk (1923–1938), founder and first president of the Turkish Republic. The research explores the Ataturk's rise to Power, the concept of Kemalist ideology and the secularization phenomenon in society and in the Turkish state with a domestic policy of modernization. In addition, the research analyzes the profile and the characteristics of Ataturk's foreign policy and the relationship its external activity holds with Turkish secularization. Finally, it concludes that the Kemalist foreign policy through (I) pacifist orientation and (II) pro-Western orientation assisted the consolidation of secularization in Turkey, and that the search to shift to secular ideology was a significant security strategy for the country.

Key-words: Turkish foreign policy. Secularization. Mustafa Kemal Ataturk.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	8
2. O FENÔMENO DA SECULARIZAÇÃO NO ESTADO TURCO DURANTE O PERÍODO DE MUSTAFÁ KEMAL (1923–1938).....	12
2.1 A Guerra de Independência Turca e a Ascensão de Mustafá Kemal ao Poder....	12
2.2 A Ideologia Kemalista: os princípios políticos de Ataturk.....	18
2.3 As Reformas Kemalistas.....	23
2.3.1 Secularização Institucional.....	26
2.3.2 Secularização de Símbolos Religiosos.....	28
2.3.3 Secularização no Direito e na Educação.....	29
3. A POLÍTICA EXTERNA TURCA DURANTE O GOVERNO DE ATATURK (1923–1938).....	32
3.1 O Perfil da Política Externa de Ataturk.....	32
3.2 As Principais Ações da Política Externa de Ataturk e a Relação com a Secularização.....	37
3.2.1 (I) A Orientação Pacifista e a Secularização.....	38
3.2.1.1 <i>O Pacto dos Balcãs de 1934.....</i>	39
3.2.1.2 <i>O Pacto de Saadabad de 1937.....</i>	40
3.2.1.3 <i>A Manutenção de Relações Amistosas entre a Turquia e a União Soviética.</i>	41
3.2.1.4 <i>A Entrada da Turquia na Liga das Nações.....</i>	42
3.2.1.5 <i>A Convenção de Montreux sobre os Estreitos Turcos.....</i>	43
3.2.2 (II) A Orientação Pró-ocidente e a Secularização.....	44
3.2.2.1 <i>Tratados de Amizade com as Potências Ocidentais.....</i>	46
3.2.2.2 <i>O Avanço nas Relações entre a Turquia e a Grécia.....</i>	48
3.2.2.3 <i>A Questão Territorial de Mossul.....</i>	49
3.2.2.4 <i>A Questão Territorial de Hatay.....</i>	50
3.2.2.5 <i>Atenuação das Relações da Turquia com os Países Islâmicos.....</i>	51
3.2.3 A Relação entre Secularização e as Diretrizes Externas de Ataturk	53
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	57
REFERÊNCIAS.....	61

1 INTRODUÇÃO

O islamismo, religião fundada pelo profeta Maomé, está presente na Turquia há séculos¹ e por muito tempo deteve o poder político na região. Essa conexão entre religião e Estado foi totalmente desconstruída em decorrência da Revolução Kemalista (1923–938), liderada pelo fundador do Estado Turco, Mustafá Kemal, popularmente conhecido como Ataturk, “Pai dos Turcos”.

Durante a Era do Império Otomano, a religião islâmica constituía a base da existência e da legitimidade das ações domésticas e externas do Estado. O poder militar simbolizava a expansão do islã, a proteção da Lei Sharia² e os interesses dos muçulmanos. A partir de 1923, com a instauração da República da Turquia, a nação excluiu a religião da esfera pública e passou a legitimar as suas ações em princípios seculares e ocidentais (AKTAŞ, 2010). Essas mudanças representaram a construção de uma nova identidade política para o país, baseada na modernização do Estado.

Para os reformadores turcos, a rota da modernização significava a ocidentalização e a ruptura com o passado. A nova Turquia desejava fazer parte da civilização europeia e com o ímpeto de cumprir esse propósito, o governo de Ataturk implementou um programa de reformas políticas, culturais, jurídicas e sociais que visava acima de tudo, a constituição de um Estado-nação secular e moderno semelhante aos padrões europeus (SIDDIQUI, 2005).

Para a efetivação dessas reformas, o país suprimiu o califado e os tribunais corânicos, adotou códigos civis ocidentais, instituiu um sistema unificado e secular de educação, substituiu o alfabeto árabe pelo latino, concedeu às mulheres direitos iguais aos dos homens, modificou as vestimentas tradicionais e extinguiu da constituição o islã como religião oficial do país. Em virtude dessa revolução cultural, a Turquia se constitui como um exemplo singular para a compreensão do impacto da ocidentalização em países muçulmanos (SIDDIQUI, 2005). Segundo o pensamento de Ataturk, apenas as nações avançadas e modernas poderiam pertencer à civilização contemporânea. A manutenção de tradições e valores otomanos era um forte empecilho ao progresso. As

¹ “A conversão ao islamismo no território que hoje é a Turquia começou no século VII entre as tribos de emigrantes que vieram do norte de África Central.” (REIS, 2005).

² “Sharia é o código de leis do islamismo. Em várias sociedades islâmicas atuais, ao contrário da maioria dos países ocidentais, não há uma separação clara entre a religião e o Estado ou entre a religião e a justiça. Todas as leis, ou a maioria delas, são religiosas e têm como base o Alcorão e as opiniões dos líderes religiosos. Existe, porém, uma imensa diferença na interpretação e implementação da lei islâmica nas sociedades muçulmanas.” (CIMENTI, 2011).

reformas tinham como objetivo maior separar a Turquia da esfera cultural do mundo árabe-asiático e integrá-la à esfera do mundo ocidental (LENCZOWSKI, 1980 *apud* SANDER, 1981).

A política externa da Turquia no período inicial da sua república se colocou como um importante instrumento para a consecução do projeto modernizador e secularizador do país. Como consequência, o governo turco optou pela exclusão das ideologias do Império Otomano e pela construção das bases de uma orientação pró-ocidente. Além disso, implementou uma política realista que visava à manutenção de seu *status quo* e à integridade territorial do novo Estado (AKTAŞ, 2010).

Tendo em vista todos esses elementos, o presente estudo está pautado pela seguinte questão central: qual a relação da política externa de Mustafá Kemal (1923–1938) com o processo de secularização do país?

A Turquia foi escolhida por ser a precursora entre os países muçulmanos a adotar valores e instituições seculares e, portanto, a conquistar o *status* de Estado laico. Cabe ressaltar que, o período de 1923 a 1938 foi determinado pelo fato de representar os quinze primeiros anos da República Turca, momento em que foi implementado o projeto de secularização no país através da Revolução Kemalista.

O objetivo geral, desta pesquisa, portanto, é analisar de que forma o fenômeno da secularização do Estado turco está associado à política externa da Turquia no Pós-Primeira Guerra Mundial. Sendo assim, os objetivos específicos são: explicitar a ascensão de Mustafá Kemal ao poder; apresentar a ideologia kemalista; explicar como a nação turca se tornou secular e por fim, avaliar a política externa kemalista, focando na sua ligação com o propósito da secularização.

A metodologia utilizada nesta monografia é qualitativa, de estudo de caso único. A partir do exame do discurso e das ações dos responsáveis da política externa turca é possível estabelecer conexões entre o projeto modernizador e a política externa de Atatürk.

O trabalho é composto por dois capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro capítulo, procura-se descrever o fenômeno da secularização na Turquia durante o período de Mustafá Kemal. E para isso, é realizada previamente uma descrição histórica sobre a fundação da República da Turquia em 1923, com foco na Guerra de Independência turca e na figura de Atatürk como líder político. Em seguida é apresentada uma explicação sobre a ideologia kemalista, representada por seis princípios políticos, os quais são conhecidos também como as

“Seis Flechas”: republicanismo, nacionalismo, secularização, populismo, estatismo e reformismo.

Além disso, o primeiro capítulo também explica porque a Turquia – um país de maioria islâmica que conservava tradições de séculos – optou pela secularização e pela ruptura com o passado. Por fim, é abordado o caminho de reformismo e renovação que a nação percorreu por meio da secularização: institucional, simbólica, jurídica e educacional. De modo geral, essas reformas explicam como ocorreu o declínio da influência religiosa na esfera pública. Importante ressaltar que, a pesquisa não pretende qualificar as reformas como um acontecimento positivo ou negativo para a nação, pretende apenas relatar o processo.

No segundo capítulo, é analisada a política externa turca durante o governo de Atatürk (1923–1938). Na primeira parte do capítulo é apresentado o perfil da política externa de Atatürk, incluindo assim, os quatro princípios dessa política: (I) realismo; (II) respeito ao direito internacional; (III) paz em casa, paz no mundo; e (IV) olhar para o Ocidente como direção. Em seguida são abordadas as relações da Turquia com outros países no governo kemalista e no período do Império Otomano, com o propósito de observar as mudanças ocorridas.

Na segunda parte do segundo capítulo são explicadas as principais ações da política externa de Atatürk e a relação com a secularização. Para estabelecer essa relação foram identificadas duas dimensões destacáveis da política externa de Atatürk: a **(I) orientação pacifista** e a **(II) orientação pró-ocidente** adotadas pela Turquia.

Em relação à primeira dimensão, correspondente à **(I) orientação pacifista**, serão investigadas as ações de política externa referentes à posição pacífica da Turquia. Sobre a segunda dimensão, correspondente à **(II) orientação pró-ocidente**, serão explicadas as ações turcas que aproximaram o país do hemisfério ocidental.

Por fim, o capítulo estabelece a relação entre secularização e a política externa da Turquia no período de governo de Mustafá Kemal, elucidando assim, quais foram as medidas tomadas pelo país no âmbito internacional que contribuíram para a formação interna da nação.

A monografia se utilizou de revisão bibliográfica das fontes disponíveis que abordam a temática, como artigos acadêmicos, monografias, livros, discursos e notícias. Salienta-se que uma parte das fontes secundárias está publicada em outras línguas (inglês e espanhol), sendo que foram traduzidas para a língua portuguesa pela autora desta monografia. A contribuição do estudo é a constatação da importância da política

externa da Turquia na implementação de seu projeto de secularização. Além disso, contribui para demonstrar como agia a tradicional política externa turca diante desse novo cenário internacional do país.

2 O FENÔMENO DA SECULARIZAÇÃO NO ESTADO TURCO DURANTE O PERÍODO DE MUSTAFÁ KEMAL (1923–1938)

O presente capítulo tem como objetivo apresentar o processo de secularização na Turquia durante o governo do presidente Mustafá Kemal (1923–1938). A secularização é a dinâmica pela qual a sociedade se afasta do controle da igreja, de forma que a ciência, a educação, a arte e a política ficam livres de dogmas religiosos e hierarquias eclesiásticas (MACHADO, 1996). Para a compreensão do fenômeno da secularização na Turquia e as mudanças políticas e sociais ocorridas no país naquela época, é importante conhecer a trajetória de quem foi seu principal artífice. A seguir será abordado como ocorreu a ascensão de Mustafá Kemal ao poder, a partir da Guerra de Independência e libertação da Turquia. Em seguida, será apresentada a política doméstica de Mustafá Kemal, através de seus princípios e objetivos políticos (ver seção 2.2). E por último, será relatado o programa de reformas kemalistas que tinha como finalidade transformar a Turquia em um Estado secular e moderno (ver seção 2.3). Esse programa de reformas será abordado em diferentes esferas, respectivamente, a da secularização das instituições, das manifestações simbólicas, do direito e da educação.

2.1 A Guerra de Independência Turca e a Ascensão de Mustafá Kemal ao Poder

A República da Turquia foi fundada em 1923, após o fim da Primeira Guerra Mundial, quando ocorreu o colapso do Império Turco Otomano. Ao término da guerra, em 1918, os países vencedores, Inglaterra, França e Itália, planejaram a partilha do Império Otomano e a criação de um Estado curdo independente (SANTOS, 2012).

A repartição territorial da Turquia Otomana no Pós-Primeira Guerra foi realizada através do Tratado de Paz de Sèvres, assinado em 1920, na França, pelas potências vencedoras da Primeira Guerra e pelos representantes do sultão do Império Otomano (ALTMAN, 2014). O tratado imposto à Turquia determinava o controle da Palestina e da Mesopotâmia pela Inglaterra, da Síria pela França e da região da Anatólia meridional pela Itália. Além disso, a maior parte do território turco europeu seria concedida à Grécia (DEROLLE, 2013).

Figura 1 – Mapa do Império Otomano no Início da Primeira Guerra Mundial em 1914



Fonte: *NZ History* (2014).

Esse tratado gerou muito descontentamento e revolta na população turca, pois simbolizava um ato de humilhação e fraqueza diante da perda de grande parte do território turco. Como consequência dessa revolta, o Movimento Nacional Turco, fundado em 1919 e liderado pelo militar Mustafá Kemal, dá início a Guerra de Independência Turca (TÉLLEZ, 2016).

Antes de liderar o movimento de independência do país, Mustafá Kemal atuou como militar do exército do Império Otomano. Ganhou proeminência durante a Primeira Guerra Mundial como comandante militar da Batalha dos Dardanelos ou

Campanha de Galípoli³, ocorrida em 1915 e 1916. O sucesso da batalha por parte dos otomanos revelou já naquela época um líder estrategista de grande prestígio (MERRYMAN, 2013).

Anos mais tarde, na posição de líder do movimento dos nacionalistas, Kemal se manifestou contrário à divisão e à ocupação estrangeira do país. Etchart (2006) explica que o líder militar desejava revogar o Tratado de Sèvres e reconstruir a Turquia com princípios novos, baseados no Estado-nação europeu, afastando as lembranças do antigo Império.

Figura 2 - Mustafá Kemal Atatürk, 1916.



Fonte: *BBC.UK* (2016).

Em 1920, o Movimento Nacionalista Turco inaugurou em Ancara a Grande Assembleia Nacional da Turquia e Mustafá Kemal foi eleito seu presidente. O novo governo de Ancara, que fazia frente ao governo do Império Otomano, estabelecido em Istambul, tinha como objetivo alcançar a libertação nacional da Turquia e derrotar todos os Estados imperialistas presentes no país em decorrência da partilha do Império Otomano (CENTRO CULTURAL BRASIL TURQUIA, 2016).

Assim, a Guerra de Independência Turca, promovida pela Assembleia de Ancara e comandada por Mustafá Kemal, tornou-se reconhecida pela união de três guerras, respectivamente: a Guerra Franco-Turca, a Turco-Armênia e a Grego-Turca que combateram invasões e ocupações no território turco durante a luta pela libertação e independência do país (ALTAMAN, 2009).

³ A Campanha de Galípoli ou Batalha dos Dardanelos de 1915 foi um esforço dos aliados em tentar invadir o Império Turco Otomano e capturar o estreito de Dardanelos localizado na península de Galípoli. A batalha terminou com a evacuação das tropas dos aliados e a vitória do exército turco que estava sob comando de Mustafá Kemal (SANSAL, 2016).

A vitória da Guerra de Independência Turca se consolidou principalmente com a guerra contra os gregos, que em 1920 ocuparam a Anatólia ocidental e a região da Trácia, conforme as especificações do Tratado de Sèvres. E que, em 1922, finalmente foram derrotados e expulsos do país pelo exército turco (ETCHART, 2006).

Uma ajuda importante que o exército turco recebeu durante a Guerra de Independência foi o apoio e os suprimentos militares dos bolcheviques em 1920, após uma aliança entre as duas partes. Essa aliança auxiliou na proteção de uma das fronteiras turcas e na resistência das tropas turcas durante a guerra de libertação, fato que se mostrou importante para o processo de independência do país (ROSA, 2004).

Em 1922, após a vitória do Movimento Nacional turco contra a ocupação grega na Turquia, os nacionalistas temeram que o sultão⁴ do Império Otomano recuperasse seu prestígio. Então, a Grande Assembleia Nacional da Turquia sediada em Ancara decidiu em 1922 abolir o sultanato e deixar apenas a instituição religiosa do califado⁵, que sobreviveu sem significativos poderes até 1924, quando foi eliminada completamente (ELORZA, 2016).

Como consequência da vitória da Guerra de Independência e a retirada das tropas estrangeiras do país, em 24 de julho de 1923, o governo de Ancara assinou, na Suíça, um novo tratado de paz com os países aliados. O novo tratado reconhecido como Lausanne reestabeleceu as fronteiras da Turquia e substituiu o Tratado de Sèvres que até então não havia sido ratificado (TÉLLEZ, 2016).

⁴ “Sultão é um título islâmico com diversos significados históricos. Veio a ser usado como título de certos governantes muçulmanos que na prática reivindicavam quase total soberania (isto é, não dependiam de nenhum outro governante superior) mas que não chegavam a considerar-se califas; o título também era usado para referir-se a um governador provincial poderoso dentro do califado. Originalmente, era um substantivo abstrato árabe que significava "força", "autoridade", "domínio" [...]" (SULTANATO, [2016]).

⁵ “A palavra "califado" em árabe significa, literalmente, o processo de escolher um líder (o califa) para muçulmanos ao redor do mundo. O termo também se refere ao sistema de governo que começou após a morte do profeta Mohamed. O último califado foi o Império Otomano, e foi abolido pelo nacionalista e secular líder turco Mustafá Kemal Atatürk em 1924.” (YEHIA, 2014).

Figura 3 – Mapa da Redefinição das Fronteiras Turcas após a Primeira Guerra Mundial com o Tratado de Lausanne



Fonte: Opera Mundi (2014).

Neste novo tratado, os turcos recuperaram o domínio sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos, Istanbul e seu território europeu, além também de recuperarem a soberania da região da Armênia Ocidental, do Curdistão Ocidental e da Costa Oriental do Mar Egeu (cidades como Smirna e Éfeso) (ALTMAN, 2014).

Meses após o reconhecimento oficial da independência política da Turquia presente no Tratado de Lausanne, em 29 de outubro de 1923, a República da Turquia foi proclamada e Mustafá Kemal, fundador do Partido Republicano do Povo foi eleito pela Assembleia Nacional para ser o primeiro presidente do país. E a capital da república foi estabelecida em Ancara com o objetivo de afastar a nova Turquia das raízes do governo imperial, que possuía sede em Istanbul (ETCHART, 2006).

Com a proclamação da república, uma questão central veio à tona, em relação à estruturação da nova política de Estado. Alguns políticos defendiam uma adoção seletiva de valores modernos e seculares ocidentais e alguns, a adoção integral desses valores. Ataturk fazia parte dessa segunda posição ao afirmar que a modernização do país não teria sucesso combinando estruturas antigas (BOZDAĞLIOĞLU, 2008).

Portanto, uma reforma radical era importante para afastar ideias e instituições do passado. De acordo com Bozdağlioğlu (2008), a elite kemalista tinha como referente de civilização apenas a Europa e se a Turquia quisesse seguir esse exemplo, deveria

modernizar completamente a sua esfera social, política e cultural. E foi exatamente esse caminho que Atatürk percorreu durante seu governo.

Analisando a história da independência turca entende-se, portanto, a importância e o peso político de Mustafá Kemal na Turquia. O líder político é considerado o fundador da República Turca e o responsável por afastar o domínio e a submissão do país de poderes externos, após a desintegração do Império Otomano. O herói da independência turca também é conhecido, como Atatürk, que em turco significa “Pai dos Turcos”.

O seguinte trecho de Cagaptay (2007, p. 7, tradução nossa) ilustra a importância política que Atatürk conquistou no Pós-Primeira Guerra:

Juntando partes do exército otomano e uma campanha de base, Atatürk [Mustafa Kemal] libertou a Turquia após as batalhas contra a ocupação armênia, francesa e grega. Ele também impediu os esforços britânicos, franceses e italianos em colonizar a Turquia. O sucesso de Atatürk era um desenvolvimento histórico significativo. Protelando colonialismo, Atatürk assegurou que a Turquia não iria sofrer com a bagagem política de anti-ocidentalismo baseada na história colonial⁶.

Em relação ao legado de Atatürk, a maioria das discussões sobre a República Turca conclui que sem a personalidade de Kemal, “[...] um Estado nacional da Turquia teria sido ainda provavelmente criado, [porém] teria sido menor e a construção do Estado não teria sido tão pacífica⁷.” (MANGO, 1999 *apud* GLYPTIS, 2007, p. 21, tradução nossa).

Mustafá Kemal Atatürk iniciou seu governo em 1923 com a proclamação da república e permaneceu como presidente até 1938, ano de sua morte. Como explica Etchart (2006), a prolongada permanência no poder de Atatürk se explica pelo fato de o governo ter adotado um regime de partido único, fato que possibilitou a reeleição de Atatürk consecutivas vezes até 1938.

Descrita, então, a ascensão e a importância política de Mustafá Kemal no cenário turco, a seguir serão expostos os princípios políticos de seu governo, os quais se encontram conectados às amplas reformas políticas e sociais ocorridas na sociedade turca. Um caminho de transformação de Império a Estado-nação secular e moderno.

⁶ “By putting together pieces of the Ottoman army and a grassroots campaign, Atatürk liberated Turkey following battles against Armenian, French, and Greek occupation. He also thwarted British, French, and Italian efforts to colonize Turkey. Atatürk’s success was a significant historic development. By staving off colonialism, Atatürk ensured that Turkey would not suffer from the political baggage of antiwesternism based on colonial history.” (CAGAPTAY, 2007, p. 7).

⁷ “[...] a Turkish national state would probably still have been created, it would have been smaller and state-building would not have been as peaceful.” (MANGO, 1999 *apud* GLYPTIS, 2007, p. 21).

2.2 A Ideologia Kemalista: os princípios políticos de Atatürk

A visão política de Atatürk estava baseada na ideia de que a Turquia deveria pertencer ao mundo civilizado da época, como mostra um trecho de seu discurso de 1933, citado por Westad (2007, p. 86), “Nós devemos elevar nosso país ao nível das nações mais prósperas e civilizadas do mundo. Nós devemos elevar a nossa cultura nacional acima do nível contemporâneo de civilização⁸”.

Porém, para atingir esse patamar, o país deveria passar por algumas transformações. Segundo Aydin (2004), essas transformações deveriam ser realizadas tanto no sistema de governo quanto no pensamento das pessoas. Dessa forma, o seu projeto de reformas era voltado para atingir esses propósitos de mudanças. Superar o atraso de séculos por meio da modernização da sociedade.

Como explica Çetin (2004 *apud* BOZDAĞLIOĞLU, 2008, p. 60, tradução nossa) a seguir, a importância da transformação da sociedade turca em bases modernas.

No início do século XX, tornou-se óbvio que havia uma incompatibilidade intrínseca entre império e Estado-nação. A elite modernizadora acreditava que era impossível alcançar progresso dentro do Estado multiétnico e Otomano; o processo de modernização não permitiria a combinação do antigo com o novo⁹.

Portanto, com o intuito de concretizar as transformações políticas e sociais na Turquia, o presidente Kemal formalizou em 1935, no Estatuto do Partido Republicano do Povo, os princípios políticos de seu governo; os quais foram incorporados na Constituição Turca de 1937 (TUNÇAI, 2016).

Esses princípios, também são conhecidos como as “Seis Flechas”: republicanismo, nacionalismo, secularização, populismo, estatismo e reformismo, e juntos constituíam o “kemalismo”, elemento importante para o processo de modernização do país (GLYPTIS, 2007).

A seguir, o estudo explicará o significado de cada uma dessas “flechas” que compõem a ideologia kemalista, as quais tinham como objetivo direcionar a Turquia ao futuro e à modernização. Ressalta-se ainda, de acordo com Aydin (2004) e Ataöv

⁸ “We shall raise our country to the level of the most prosperous and civilised nations of the world. We shall raise our national culture above the contemporary level of civilization...” (WESTAD, 2007, p. 86).

⁹ “By the early twentieth century, it became obvious that there was an inherent incompatibility between empire and nation state. The modernizing elite believed that it was impossible to achieve progress within the multiethnic Ottoman State; the process of modernization would not allow for the combination of the old with the new.” (ÇETIN, 2004 *apud* BOZDAĞLIOĞLU, 2008, p. 60).

(1980–1981), que todas as flechas tinham a mesma importância, não se sobrepondo nenhuma a outra.

A primeira flecha era a do **republicanismo**, que tinha o propósito de defender a soberania popular, a liberdade e a igualdade no país através da república como forma de governo. Esse princípio era contrário às ideias de totalitarismo, revisionismo e imperialismo. O Estado deveria se pautar na manutenção do seu *status quo* e agir somente dentro das fronteiras nacionais. Além disso, esse princípio simbolizava o esfacelamento completo do governo do sultanato e do califado (AYDIN, 2004).

Como bem coloca Kinzer (2013), o republicanismo no período posterior ao absolutismo do Império Otomano significou uma mudança quase que radical do país. A ideia de constituição, sistema de leis e negação da divindade no Estado eram estruturas completamente novas para a nação. Observa-se então, que apesar de ser recente, o sistema de governo republicano era um princípio fortemente defendido pelo regime de Kemal.

A segunda flecha do kemalismo era a da **secularização**¹⁰, um elemento indispensável ao projeto de modernização do país. Esse princípio visava ao afastamento da religião não somente do contexto político e estatal turco, mas também do contexto social e cultural do país. Atatürk tinha a ideia clara de que não se tratava apenas de uma separação entre o espiritual e o temporal, mas sim uma separação entre teocracia e democracia. A Turquia tinha a necessidade de caminhar em direção a um sistema democrático de governo e não em direção ao *status* de nação protetora do islã. A secularização ajudaria o país a criar relações de paz com países cristãos do Ocidente e também evitaria a intervenção de potências ocidentais em assuntos internos da nação (AYDIN, 2004).

Em complemento a ideia anterior, Ataöv (1980–1981) afirma que a secularização era um princípio fundamental da política kemalista e que se igualava à liberdade de pensamento, além de ser um meio para a construção de uma sociedade avançada. As instituições religiosas não poderiam criar regras políticas, econômicas,

¹⁰ Por secularização entende-se “[...] o processo de mudança pelo qual a sociedade deixa de ter instituições legitimadas pelo sagrado, baseadas no ritualismo e na tradição, tornando-se cada vez mais profanas (ou seculares). O processo de secularização leva à compreensão do mundo e da humanidade a partir de critérios imanentes, isto é, internos a eles próprios, sem o recurso ao sobrenatural. A secularização implica a perda da força da religião para regular a vida social, mas não implica, necessariamente, o fim da religião, que pode se manter e até mesmo aumentar sua força na dimensão íntima da vida dos indivíduos. Num sentido mais geral, a secularização remete à cultura que se torna mais baseada em critérios racionais ou utilitários do que em valores e práticas tradicionais.” (OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO, 2012).

educacionais, artísticas e sociais. A sociedade, portanto, deveria ser permeada por valores e instituições seculares, visto que a secularização era um elemento inevitável do mundo contemporâneo.

A terceira flecha defendida pelo governo de Atatürk era o **nacionalismo**, princípio já presente no movimento nacionalista de libertação turca contra as potências imperialistas europeias. Akşin (2016) coloca que a partir da ideia de nacionalismo todos os cidadãos da República da Turquia passaram a ser considerados turcos, não importando, por exemplo, a sua descendência étnica: grega, curda, armênia ou judaica.

Segundo as palavras de Atatürk, nação significava “[...] um corpo político e social formado por cidadãos unidos pela unidade da língua, da cultura e das ideias¹¹.” (AYDIN, 2004, p. 19). Ataöv (1980–1981) completa o significado de nacionalismo turco ao afirmar que também se baseava na completa independência do país sem restrições em nenhuma das seguintes esferas: política, econômica, jurídica e cultural.

Já a quarta flecha do kemalismo simbolizava o **populismo**¹², que conforme Aydin (2004) significava a igualdade entre os cidadãos perante a lei, a fim de evitar conflitos de classes e de manter a paz e a estabilidade internas. Todos os indivíduos do país deveriam ser representados, não importando sua classe, religião ou origem étnica. Portanto, entende-se que o populismo estava atrelado à responsabilidade da nação em governar para todas as pessoas e não apenas para a elite. Kinzer (2013) alega que nesse princípio assentava-se a importância dos direitos das mulheres, uma visão muito defendida pelo governo kemalista que será melhor detalhada na seção deste trabalho que trata sobre as reformas do governo.

A quinta e penúltima flecha da política do governo era o **estatismo**, que de acordo com Aydin (2004), tinha como objetivo direcionar todos os esforços do Estado para o desenvolvimento econômico do país. Na política econômica de Atatürk, a nacionalização de instituições financeiras e empresas de interesse público era um elemento muito importante a ser buscado. Akşin (2016) afirma que o estatismo determinou a regulamentação da economia pelo Estado e permitiu a criação de um projeto industrial para o país. Essas atribuições se fundaram pela ausência de

¹¹ “[...] a political and social body formed by citizens bound together by the unity of language, culture and ideas.” (AYDIN, 2004, p. 19).

¹² Na América Latina, o conceito de populismo se apresenta de forma diferente, sendo designado como “um conjunto de práticas políticas que consiste no estabelecimento de uma relação direta entre as massas e o líder carismático para se obter apoio popular, sem a intermediação de partidos políticos ou entidades de classe.” (WEB ARTIGOS, 2016).

industrialização acentuada na década de 1920 e pelos impactos econômicos no país em decorrência da crise econômica mundial de 1929.

E por fim, a sexta flecha presente na ideologia kemalista era a do **reformismo** ou **revolucionarismo**, que nas palavras do autor Ataöv (1980–1981) expressava a ideia de caminhar em direção à civilização. O povo não deveria temer as reformas e as inovações, pois elas transformariam a Turquia em um novo país. O presidente acreditava que as nações que persistiam em manter tradições e crenças antigas não chegariam nunca ao progresso. Assim, Akşin (2016) destaca que, na visão de Atatürk, a revolução deveria atingir todas as partes do país, a fim de gerar o desenvolvimento integral.

Segundo Aydin (2004), com o princípio do reformismo não se pretendia exportar ideias e influências para fora da Turquia, pois se tratava de um fenômeno interno. Além disso, esse princípio visava também a proteger o programa de reformas de contrarrevoluções.

Assim, conclui-se a explicação das Seis Flechas da ideologia kemalista e como complemento a essa ideologia serão apresentados a seguir, de acordo com Hanioglu (2012 *apud* LEÃES, 2015), os três pilares do kemalismo: cientificismo, ocidentalização e nacionalismo, que estão de uma forma ou outra, atrelados à ideia das Seis Flechas.

O **cientificismo** era visto como um agente causador da modernidade, que buscava a separação da religião perante a sociedade e o Estado (HANIOĞLU, 2012 *apud* LEÃES). Nota-se que esse pilar tem ligação com a flecha do reformismo, que visava à modernização e com a flecha da secularização, que apontava para o afastamento das instituições religiosas no âmbito social e estatal.

O segundo pilar do kemalismo, explicado por Hanioglu (2012), era o da **ocidentalização**, que significava a aproximação da Turquia com as práticas e os pensamentos europeus, a fim de alcançar o progresso. Já que para Mustafá Kemal, a Europa era a única região que tinha atingido o nível superior de civilização da época. Nesse sentido, é possível fazer uma comparação da ocidentalização com a flecha da secularização, do reformismo e do republicanismo, pois todas essas flechas eram inspiradas nos modelos europeus de sociedade. E por último, o terceiro pilar descrito pelo autor é o do **nacionalismo**, que estabelecia a visão da igualdade do homem turco, ligada à ideia da flecha do nacionalismo.

Já Gordon e Taspinar (2008 *apud* GHIGGI, 2010) preferem citar como os três pilares principais da ideologia kemalista: secularização, nacionalismo e ocidentalização.

Esses autores substituem o termo cientificismo, utilizado por Hanioglu (2012) pelo termo secularização, que em tese tem a mesma ideia principal de cientificismo, ou seja, significa separar a Igreja da esfera pública.

De modo conciso, os autores explicam o significado desses três pilares kemalistas. A **secularização** era um elemento inspirado na Revolução Francesa e no ideal anticlerical de laicização; o **nacionalismo** visava a integrar as minorias muçulmanas e estruturar uma identidade nacional e a **ocidentalização** era definida em conexão com o desenvolvimento.

Assim, conclui-se a apresentação dos princípios da ideologia kemalista, baseada nas Seis Flechas e nos três pilares, de acordo com os diferentes autores estudados. O objetivo de apresentar cada uma dessas flechas e pilares separadamente é entender a dimensão da importância que eles tinham no governo de Ataturk, para poder compreender os interesses políticos, tanto internos quanto externos, da Turquia naquele período.

A partir da compreensão dos princípios políticos de Ataturk, fica claro que o presidente almejava uma reestruturação completa do país, segundo a sua ideia de civilização baseada nos padrões europeus. Além disso, fica evidente que os valores tradicionais islâmicos eram um empecilho ao progresso turco. Em palavras de Leães (2015) “[Ataturk] ambicionava a transformação da Turquia em um país verdadeiramente europeu, e valia-se da emulação de práticas, costumes e normas sociais para lograr seu intento”.

Em seguida será analisado o principal objetivo político de Kemal, o qual foi colocado em prática com o auxílio dos princípios kemalistas estudados. Segundo Ataöv (1980–1981), o objetivo político maior de Ataturk era elevar a Turquia ao nível de civilização e cultura contemporâneas, processo que se daria através da modernização, que para o líder turco era sinônimo de ocidentalização e civilização.

Para a elite kemalista, existia apenas uma civilização: [a] europeia. Se a sociedade turca se tornasse moderna, seria necessário que isso fosse feito em todos os aspectos da vida social, política e cultural. A implicação mais importante desse pensamento foi a exclusão do Islã a partir da definição de Estado. O islã tinha sido a base da legitimidade do Estado e da fonte de identificação individual no Império Otomano¹³. (BOZDAĞLIOĞLU, 2008, p. 60, tradução nossa).

¹³ “For the Kemalist elite, there existed only one civilization: European. If Turkish society were to modernize, it would need to do so in every aspect of social, political, and cultural life. The most important implication of this thinking was the exclusion of Islam from the definition of the state. Islam had been the

Sendo assim, é possível identificar um forte vínculo entre os termos modernização, civilização e ocidentalização na ideologia política de Kemal. Tal vínculo está ligado conseqüentemente ao processo de secularização, o qual se confirma também como um modelo europeu e ocidental de modernização, cuja origem é decorrente do Movimento Iluminista europeu e da Revolução Francesa¹⁴ (PERAZZO, 2015).

Çeleb (2011) constata igualmente que o objetivo político mais importante do país na época de Kemal se baseava na modernização, a qual tinha a secularização como o seu escopo fundamental. E dessa forma, o autor destaca que a secularização na Turquia era um projeto político central do Estado e que a religião sofreria um declínio na vida social do país como resultado da modernização.

Verifica-se, portanto que a concepção de modernização estava sempre vinculada à ideia de secularização, pois para o chefe político turco, se modernizar, representava a adoção de valores e técnicas ocidentais, as quais abarcavam conseqüentemente o processo da secularização do Estado e da sociedade.

Cagaptay (2007) explica que, com a intenção de deixar a Turquia secular e ocidentalizada, como visava seu projeto de modernização, Atatürk seguiu uma estratégia política formada por uma série de reformas implementadas nas décadas de 1920 e 1930. Nesse período, o governo aboliu as instituições do antigo Império Otomano e estabeleceu instituições seculares baseadas no modelo ocidental. Em seguida serão analisadas as motivações desse programa de reformas, e também os setores da sociedade abrangidos por elas.

2.3 As Reformas Kemalistas

A partir da ideia de Estado nacional moderno, a Turquia percorreu um caminho de renovação e reformismo. Todas as esferas da sociedade, como política, economia, cultura, direito e educação sofreram alterações baseadas em ideias seculares e

basis of state legitimacy and the source of individual identification in the Ottoman Empire.” (BOZDAĞLIOĞLU, 2008, p. 60).

¹⁴ O pensamento iluminista do século XVIII representou uma afronta ao teocentrismo da época. O século das luzes ou a Era do Iluminismo inaugurou o uso da razão como meio de resolução de questões da vida social no lugar do uso da espiritualidade e do misticismo. As ideias iluministas foram importantes para a concretização da Revolução Francesa no século XVIII. Naquele momento da história, nasce o individualismo religioso que, no âmbito pessoal representava a liberdade de consciência e, no âmbito social, o princípio da separação absoluta entre o Estado e a Igreja. Essa transformação social e política, além de ter concedido espaço ao pluralismo religioso, fez com que o Estado atuasse de modo neutro em relação a questões religiosas, com o objetivo de atingir o bem comum e a dignidade do ser humano (PERAZZO, 2015, p. 39).

modernas. Influenciado pela cultura ocidental, Mustafá Kemal Atatürk lançou um pacote de reformas, que fez da Turquia o primeiro país muçumano a adotar voluntariamente uma reestruturação fundamentada em valores seculares (TAHIRLI, 2005).

O programa de reformas do governo¹⁵ teve o consentimento da maioria da população. Porém, sofreu resistência apenas de um grupo de religiosos fanáticos e de uma pequena parte da elite que apoiava a volta do sistema antigo. De modo geral, o espírito da revolução turca encontrou bases favoráveis para a concretização de seus objetivos (TANÖR, 1981).

Segundo Cinar (2009 *apud* GHIGGI, 2010, p. 12), um elemento importante na implementação dessas reformas foi o exército turco, que desde 1923, se apresentou como “[...] guardião e protetor dos princípios secularistas, envolvendo-se ativamente em questões políticas durante toda a existência do Estado turco – é o fiel da balança, impedindo a queda das reformas impostas por Atatürk”.

Visto que as reformas kemalistas tinham o consentimento da maior parte dos turcos e que se apresentavam como um projeto político central para Atatürk, é importante entender por que a Turquia quis seguir esse caminho de renovação e reformismo? O motivo, segundo Ünsal (1981) se pautava na ideia de que a Turquia só conseguiria se defender e progredir se alcançasse o nível de modernização das nações do Ocidente. Assim, o “homem doente da Europa”, representado pela Turquia não seria mais continuamente derrotado nos campos de batalha. Uma Turquia “ocidentalizada” não seria novamente “engolida” pelo capitalismo imperialista da época. Por essa razão, Atatürk se definia como anticolonialista e acreditava que a melhor forma do país se defender contra futuros inimigos seria obter a mesma arma que eles, que era, segundo Ünsal (1981), o cientificismo. Como visto anteriormente, o cientificismo era um dos pilares da ideologia kemalista.

Nesse mesmo sentido, o seguinte trecho do discurso de Atatürk, em 1925, revela claramente qual era o interesse da modernização e das reformas na República da

¹⁵ Muitos estudiosos têm escrito sobre as reformas de Atatürk que mudaram drasticamente as bases da sociedade tradicional turca. Esses estudiosos divergem em suas considerações finais, alguns afirmam que as reformas kemalistas (1922–1938) deveriam ser tomadas como um modelo para os líderes dos países “subdesenvolvidos”. Outros acreditam que as realizações de Atatürk foram puramente superficiais e não causaram mudanças estruturais. E por fim, há os que são totalmente críticos à postura do líder turco em relação à secularização, ao afirmarem que as reformas não foram apenas inúteis, mas perigosas, pois elas suprimiram as raízes culturais do povo turco, tais como a religião e a língua (ÜNSAL, 1981).

Turquia. No discurso, o líder político utiliza a palavra revolução, tendo o mesmo sentido que o de modernização:

A Revolução Turca significa uma transformação mais ampla do que a palavra revolução que a sugere [...] Ela significa a substituição de uma unidade política antiga, baseada na religião, por uma baseada em outro laço, o da nacionalidade. Essa nação agora aceitou o princípio de que o único meio de sobrevivência na arena internacional está na aceitação da civilização ocidental contemporânea. Essa nação aceitou também o princípio de que todas as suas leis devem estar baseadas apenas em terreno secular, em uma mentalidade secular que aceita a regra da contínua mudança de acordo com o desenvolvimento e a mudança nas condições de vida. (BERKES, 1998 *apud* ROSA, 2004, p. 11).

Percebe-se, portanto, que a modernização ocidental significava para o presidente turco um meio de sobrevivência no cenário internacional. Em sentido confluyente, Glyptis (2007) afirma que o projeto de modernização colocado em prática por meio das reformas do governo significava para a Turquia, o segredo da sua sobrevivência e do seu progresso, visto que afastava as lembranças do seu passado.

Em se tratando de lembranças, o mesmo autor deixa claro que o colapso do Império Otomano causado por potências europeias era ainda uma memória lamentável para os turcos, que viam com desconfiança as ações do Ocidente. Essa memória ficou conhecida como a “Síndrome de Sèvres” em decorrência do Tratado de Sèvres que estabeleceu a ideia de colonização das partes integrantes do Império Otomano. E por esse motivo, a Turquia decidiu se renovar, a fim de não repetir o passado.

Também para Elorza (2016), o motivo real do projeto de modernização e secularização na Turquia era salvar a Turquia.

Mustafá Kemal não estava preocupado em combater a religião, mas salvar a Turquia. Desde o final do século XVIII, o Império Otomano experimentava um processo de decadência, fruto de uma inferioridade tecnológica cada vez mais pronunciada em relação com as potências europeias¹⁶. (ELORZA, 2016, tradução nossa).

Observado os motivos das reformas kemalistas de acordo com os autores estudados, a seguir será analisado detalhadamente o processo dessas transformações ocorridas na Turquia.

Segundo Kucuckan (2003 *apud* TAHIRLI, 2005), o programa de reformas foi aplicado como um projeto de secularização e se fez presente em três esferas da sociedade turca: (I) na esfera institucional, (II), na simbólica e (III) na funcional.

¹⁶ “[...] Mustafá Kemal no estaba preocupado por combatir a la religión, sino por salvar a Turquía. Desde fines del siglo XVIII, el Imperio Otomano experimentaba un proceso de decadencia, fruto de una inferioridad tecnológica cada vez más acusada en relación con las potencias europeas.” (ELORZA, 2016).

E, segundo esse autor, na esfera institucional, a secularização pretendia reduzir a influência do islã na vida política do país e afastar completamente a religião das decisões do Estado; na esfera simbólica, as reformas almejavam mudar aspectos da vida social e cultural do país ao transformar símbolos islâmicos em práticas seculares; e na esfera funcional, o projeto de secularização visava a reorganizar duas matérias essenciais da sociedade, o direito e a educação.

2.3.1 Secularização Institucional

A secularização institucional, de acordo com Glyptis (2007), tinha o objetivo de mostrar ao mundo que a Turquia não era mais uma nação retrógrada assentada em valores supersticiosos e religiosos. Segundo o autor, Atatürk não se opôs ao califado por causa da religião em si, mas pelo fato desse sistema de governo obstruir o progresso que o presidente almejava.

Portanto, em março de 1924, o califado, autoridade política islâmica representada pelo califa, chefe de Estado do governo, foi abolido, logo após a Proclamação da República e essa foi a primeira reforma institucional fundamental do regime kemalista. A legitimidade do poder e das leis durante o governo do califado era baseada no islamismo e o sultão representava o vice-regente de Deus na Terra. Após a eliminação do califado, o Estado extinguiu de vez a superioridade desses princípios religiosos e se fundamentou na soberania popular (TAHIRLI, 2005).

O mesmo autor relata ainda que durante essas reformas de secularização, o maior empecilho de Atatürk era a manifestação dos Ulemás¹⁷. Porém, com a queda do califa, a posição da elite religiosa perdeu forças, o que propiciou a reforma secular em diversas outras instituições, como a supressão do Ministério da Sharia, o fechamento de escolas religiosas e o fim das cortes islâmicas, as quais eram regidas por juízes teólogos que ministravam as leis sagradas do islã. Todas essas mudanças institucionais foram asseguradas pela Constituição Turca instituída em 20 de abril de 1924.

Uma ressalva pertinente, é que, quando o Ministério da Sharia foi fechado, em seu lugar foi instituído o Diretório de Negócios Religiosos (UNSAL, 1979). Até os dias

¹⁷ “Um ulemá ou álime é um teólogo ou sábio e versado em leis e religião, entre os muçulmanos. Os ulemás são conhecidos como árbitros da charia, o direito islâmico. Embora sejam especialmente versados em direito islâmico, alguns também estudam outras ciências, como filosofia, teologia dialética e hermenêutica alcorânica. Os campos estudados e a sua importância variam conforme a tradição e a escola.” (ULEMÁ, [2016]).

atuais ele regulamenta o islamismo no país (GHIGGI, 2010). Ainda segundo essa autora, por esse motivo, a Turquia não separou formalmente o Estado e a religião, como por exemplo, a França o fez, pois o governo turco, através do diretório monopolizou as funções religiosas e as incorporou na burocracia estatal, a fim de controlar melhor a religião.

De modo geral, as reformas seculares institucionais citadas transformaram significativamente a sociedade turca. Muitos autores viam como resultado dessas mudanças, a eliminação completa da religião na política turca. Porém, era evidente a relevância do islã dentro do Estado-nação turco, principalmente quando se analisa o sucesso que os islamitas tiveram na Constituição de 1924, ao incluir no segundo artigo: “[...] o islã como a religião oficial do Estado turco”. Esse fato mostra que apesar de toda a autoridade de Atatürk, o presidente, no início da república, foi impossibilitado de extirpar por completo a religião do âmbito político (TAHIRLI, 2005).

Essa manobra política de aceitar o termo islã na Constituição de 1924 tinha como objetivo evitar uma guerra civil entre os seguidores do Ocidente e os islamitas. Constata-se, então, que Atatürk procurou retirar gradativamente a influência da religião perante o Estado. No ano seguinte, em 1925, por exemplo, o governo já se apresentou um pouco mais rígido em relação às reformas e decidiu então proibir os movimentos sufistas¹⁸ (TAHIRLI, 2005). Além disso, o governo proibiu também o Partido Republicano Progressista, que havia sido criado como partido de oposição logo após a abolição do califado, o qual mantinha relação com conservadores religiosos (ELORZA, 2016).

Observa-se, portanto, que progressivamente o presidente foi afastando o sistema estatal da ideologia religiosa, porém apenas em 1928, Kemal consegue essa separação total. Com a sua reeleição, a sua força política aumentou e desse modo, conseguiu junto com o parlamento turco retirar da Constituição de 1928, o artigo que afirmava que a religião do Estado era o islã. Sendo assim, a Turquia se torna formalmente um Estado laico¹⁹ (TAHIRLI, 2005).

Em suma, a secularização institucional aboliu o califado, o Ministério da Sharia, as cortes islâmicas e retirou da Constituição a menção ao islã como religião oficial da

¹⁸ “Sufista é um termo pertencente ou relativo ao sufismo, corrente mística do Islã, nascida no séc. XIII (opõe-se ao legalismo, acentuando a importância da religião interior).” (SUFISMO, 2009–2016).

¹⁹ “Estado laico, secular ou não confessional é aquele que não adota uma religião oficial e no qual há separação entre o clero e o Estado, de modo que não haja envolvimento entre os assuntos de um e de outro, muito menos sujeição do segundo ao primeiro. Portanto, de plano se verifica que Estado laico não é sinônimo de Estado antirreligioso.” (CESARE, 2012).

Turquia. Reformas fundamentais para a transformação da Turquia em um país moderno e secular.

2.3.2 Secularização de Símbolos Religiosos

A secularização de símbolos religiosos associados ao islã ocorreu em diversas áreas, transformando costumes, práticas e tradições. Um símbolo muito importante na época que sofreu reformas foi o vestuário, através da proibição do uso do “fez”, um chapéu tradicional de identificação mulçumana que simbolizava um legado do Período Otomano e conseqüentemente considerado um empecilho para o processo de civilização ocidental. Sendo assim, o chapéu de modelo europeu substituiu o antigo e tradicional “fez”, que se tornou um símbolo de ofensa (TAHIRLI, 2005). Já o véu feminino, de acordo com Leães (2015), não chegou a ser proibido, porém sabia-se que para Ataturk o seu uso era um desagrado.

Outra medida aplicada em relação aos símbolos religiosos foi a adoção, em 1926, do calendário gregoriano ocidental em substituição a diversos outros calendários que tinham finalidade religiosa. O sistema de horas internacional também foi estabelecido, estipulando meia-noite como o início e o fim do dia e não mais o entardecer, até então utilizado (ROSA, 2004). E o domingo passou a ser o dia de descanso semanal, ao invés da sexta-feira islâmica (PEIXINHO, 2009).

Elorza (2016) faz referência a outra mudança simbólica significativa ocorrida em 1928, a eliminação do alfabeto árabe e a introdução do alfabeto turco, o qual apresentava bases latinas. Essa alteração representou uma grande conformidade com os valores europeus e foi somente possível devido ao alto índice de analfabetismo no país. Inclusive, tornou-se conhecida a figura de Ataturk ensinando em praça pública a adaptação do idioma turco nos moldes do alfabeto latino (ELORZA, 2016).

De acordo com Çarmikli (2011), antes da adoção do novo alfabeto, colocou-se em prática um debate pró e contra essa reforma. Os contrários a mudança, argumentavam que a escrita árabe tinha sido utilizada por aproximadamente mil anos e guardava toda a história, cultura e literatura da Turquia em livros com caracteres árabes e que com a mudança essa herança seria esquecida. Por sua vez, o regime kemalista respondia que esse legado não era tão importante, visto que condicionava a Turquia ao retrocesso. Além disso, os livros poderiam ser transcritos no novo alfabeto. Alegava-se

que o mundo estava se desenvolvendo em vários aspectos: científico, tecnológico, social e econômico e nesse sentido, essa reforma era necessária para acompanhar tais avanços.

Rosa (2004) complementa que essa medida foi tomada pelo fato de que segundo os kemalistas, a taxa elevada de analfabetos se colocava como um obstáculo para a ascensão turca ao mundo civilizado e que a utilização dos caracteres árabes complicava a escrita do turco. Portanto, o primeiro propósito dessa mudança era facilitar e ampliar a alfabetização e um segundo propósito era o afastamento do passado imperial e dos povos árabes, fato fundamental para a modernização turca, de acordo com a visão de Atatürk. Rosa (2004) ainda afirma que outra medida polêmica introduzida durante as reformas, foi a tradução do Alcorão para o turco, fato que desagradava os conservadores que defendiam a permanência original da escritura sagrada.

Altan (2016) observa que antes dessas reformas linguísticas, três línguas principais eram utilizadas no território turco: o árabe que se apresentava na religião, o otomano que era visto como o idioma dos nobres e o turco que era falado pelas massas populares. Após a introdução do alfabeto turco com caracteres latinos, ficou notável o domínio da língua turca sobre as demais.

Uma última modificação simbólica importante da revolução kemalista foi a inclusão obrigatória de um nome de família, no caso, Mustafa Kemal adotou o Atatürk que significa “Pai dos Turcos”. Até então, o costume do sobrenome não era popular entre os turcos (PEIXINHO, 2009).

É importante ressaltar que todas essas mudanças simbólicas (na vestimenta, no calendário, no sistema de horas, no alfabeto e no nome dos turcos) foram espelhadas em paradigmas ocidentais e também implementadas de acordo com esses modelos.

2.3.3 Secularização no Direito e na Educação

A secularização no campo jurídico ocorreu através da substituição do direito religioso por um direito positivo totalmente secularizado, através da adaptação do Código Civil turco ao modelo do Código Civil suíço. (TANOR, 1981). Um dos efeitos mais importantes do novo Código Civil estabelecido em 1926 foi a respeito da mudança do *status* legal da mulher dentro da sociedade. Em discurso, em 1923, Atatürk deixava clara essa necessidade:

Há um caminho mais reto e seguro para nós seguirmos: este é ter mulheres turcas como nossas parceiras em tudo [...]. As mulheres são

os pilares da sociedade e origem da nação. Elas devem levantar e educar fortes novas gerações, mas elas só podem executar estas tarefas se elas próprias forem iluminadas²⁰ [...] (SUMER; BORAY, 2013, tradução nossa).

Como resultado das reformas na legislação sobre o direito da mulher, a igualdade jurídica entre o homem e a mulher foi estabelecida. Além disso, a Lei Sharia foi abolida e com ela a poligamia também, fato que representou um grande avanço para o processo de secularização do país, pois reduzia consideravelmente o papel da religião islâmica no âmbito familiar (TAHIRLI, 2005).

Além da igualdade jurídica entre o homem e a mulher, outra reforma importante relativa ao direito das mulheres, segundo ÜNSAL (1981), foi a lei instaurada em 1934, que concedia à mulher o direito ao voto e também o direito de ser eleita. Em 1935, 18 mulheres venceram as eleições nacionais e se tornaram membros do parlamento turco, num momento em que em muitos países europeus as mulheres ainda não tinham conquistado o direito ao voto (SUMER; BORAY, 2013).

As mudanças jurídicas supracitadas apresentam-se como as mais importantes estipuladas pelo novo Código Civil de 1926, porém além desse, outros novos códigos inspirados no sistema de leis ocidentais também foram adotados, por exemplo, o Código Penal baseado nas normas italianas (ÜNSAL, 1981) e o Mercantil espelhado nas normas alemãs (ELORZA, 2016).

Já, as reformas kemalistas na área da educação tinham o objetivo de mostrar os valores seculares à população através de um novo sistema nacional de educação. Esse seria o meio principal para a formação de cidadãos secularizados (TAHIRLI, 2005).

As reformas iniciaram com a ampliação da educação nacional baseada em currículo secular e em elementos nacionalistas, a fim de diminuir os ideais islâmicos de educação. Em 1924, todas as instituições de ensino do país passaram a ser controladas e regulamentadas pelo Estado, através da lei da “unificação do ensino”. Após 1928, quando o Estado retirou da Constituição a cláusula que mencionava o islã como religião oficial da Turquia, as aulas religiosas foram removidas do programa das escolas, assim como também, as aulas de ensino árabe e persa que representavam um forte legado do Império Otomano (TAHIRLI, 2005).

²⁰ “There is a straighter and more secure path for us to follow: This is to have Turkish women as our partners in everything [...] Women are the pillars of the society and wellspring of the nation. They must bring up, and educate strong new generations but, they can only perform these tasks if they themselves are enlightened [...]” (SUMER; BORAY, 2013).

De modo geral, segundo Tahirli (2005), todas essas mudanças seculares analisadas na esfera social, cultural, política, jurídica e educacional culminaram, como um todo, no declínio da influência religiosa na sociedade turca e na formação de valores seculares baseadas na civilização ocidental. Constata-se, portanto, que a secularização através da ideia de modernização era um objetivo político central para as reformas internas de Atatürk.

Assim, exposto o processo de secularização, através das reformas kemalistas, o capítulo seguinte procura analisar a política externa do país durante esse período, para então, poder também identificar a importância da secularização nas relações externas do país.

3 A POLÍTICA EXTERNA TURCA DURANTE O GOVERNO DE ATATURK (1923–1938)

Após analisado o fenômeno da secularização na Turquia, através da figura de Ataturk, seus princípios políticos e reformas seculares, passa-se a estudar a política externa turca durante os 15 anos do governo de Mustafá Kemal. E para isto, serão relatados o perfil e as características dessa política externa (ver seção 3.1) e a relação das principais ações da política externa desse período com o projeto de secularização do país (ver seção 3.2).

3.1 O Perfil da Política Externa de Ataturk

Segundo Aydin (2004), era o próprio Ataturk o principal formulador da política externa turca e quem também agia e controlava todas as relações turcas no cenário internacional. E por essa razão, a política externa da Turquia daquele período é conhecida como a “Era de Ataturk”.

O objetivo da política externa da nova Turquia se pautava na formação de um Estado nacional turco, que fosse independente e livre de mandatos ou protetorados. Além disso, se pautava também na modernização do país associada à ideia da ocidentalização. Para o alcance desses objetivos, quatro princípios de política externa foram formulados pelo governo, sendo: **(I) realismo; (II) respeito ao direito internacional; (III) paz em casa, paz no mundo e (IV) olhar para o Ocidente como direção** (GOL, 1993).

O princípio do **realismo** afastava qualquer ideia de expansionismo e de pan-islamismo²¹. Ataturk estava preocupado com a modernização do Estado turco e por isso não alimentou nenhuma ambição militar, ele reconhecia os limites da sua nação. Além disso, uma política realista ajudaria na preservação da independência do país (YAVALAR, 2008). A nova Turquia era um país de tamanho médio com uma população de 16 milhões de habitantes, enquanto que, por exemplo, um de seus países fronteiriços, a União Soviética, possuía uma população de 200 milhões de habitantes. Sendo assim, o governo turco sabia que em relação a outros países, as suas condições

²¹ “Movimento religioso e político que procura reunir num só Estado todos os povos de religião muçulmana.” (PAN-ISLAMISMO, 2009–2016).

políticas e militares eram restritas e, por esse motivo, seguiu uma política externa realista, adaptada às necessidades da época (GUCLU, 2001).

O princípio do **respeito ao direito internacional** mostrou uma Turquia devota às suas obrigações internacionais, o que gerou confiança nos demais países, e, sobretudo, nas potências ocidentais. Desse modo, o governo turco passou a transparecer credibilidade na arena internacional (GUCLU, 2001). De acordo com Gol (1993), a aquiescência ao direito internacional foi observada na prática quando a Turquia assinou e cumpriu as cláusulas do Pacto Kellog-Briand²², de 1928, e quando também ao se tornar membro da Liga das Nações, respeitou incondicionalmente todas as decisões dessa organização. Em adição, a Turquia também aceitou juridicamente todos os termos da resolução sobre a questão territorial de Mossul²³ e conseguiu via Convenção de Montreux, o domínio sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos.

O princípio **paz em casa, paz no mundo** conforme Ghiggi (2010) explica, se deu pelo fato de que nas décadas de 1920 e 1930, a Turquia vivia um processo de construção do Estado e enfrentava desafios de um território arrasado por anos de guerra, desse modo, uma política externa pacífica e neutra afastaria conflitos e permitiria ao país alcançar os seus objetivos internos, baseados nas reformas de modernização. Em suma, a política externa turca tinha a preocupação com a formação e a estruturação interna do país e para isso, a manutenção das suas fronteiras e a efetivação do reconhecimento da sua independência, por meio de uma política de boa vizinhança eram fatores importantes. Gol (1993) complementa que esse princípio foi concretizado por meio de tratados que visavam à segurança e à cooperação regionais, por exemplo, o Pacto dos Balcãs e o de Saadabad que serão posteriormente analisados.

O quarto e último princípio defende a ideia de **olhar para o Ocidente como direção**. Segundo Aydin (1999, p. 160, tradução nossa):

Uma das características fundamentais da política externa turca tem sido a sua orientação ocidental. Apesar do fato da Turquia ter lutado contra as potências ocidentais durante a Primeira Guerra Mundial, após a independência, ela optou pelo mundo ocidental. Isto foi

²² O Pacto Kellog-Briand agregou diversos países do globo e estabeleceu o preceito de que todos os tipos de desentendimentos entre os países deveriam ser resolvidos via meios pacíficos, sem o uso da força (REPUBLIC OF TURKEY, 2016).

²³ A questão de Mossul foi uma disputa territorial entre a Grã-Bretanha e a Turquia que teve como resolução em 1926, a anexação de Mossul ao Iraque, região controlada pelos britânicos (GOL, 1993). Os desdobramentos desse acontecimento serão tratados adiante.

expresso primeiro, em termos culturais e após a Segunda Guerra Mundial, em termos políticos e militares²⁴.

A orientação turca pró-ocidente garantiria a ascensão do país ao nível das nações mais ricas e avançadas tecnologicamente, além também de afastar a Turquia de conflitos relacionados à partilha de territórios do oriente (MEAD, [20--] *apud* LARISON, 2010).

Concluídos os princípios da política externa de Kemal, a seguir serão abordadas sucintamente as relações da Turquia com outros países no governo kemalista e no período do Império Otomano, a fim de verificar as mudanças ocorridas.

Na Era Ataturk, a Turquia estabeleceu relações amistosas com todas as nações, porém houve um esforço maior em fortalecer relações, principalmente com as nações que compartilhavam ideias semelhantes as da Turquia, as quais se espelhavam em valores modernos, como a secularização e o Estado de Direito. Para Ataturk, essa relação com países cujos valores eram semelhantes ao de seu país, auxiliaria a sua formação de nação secular e moderna. Além disso, impediria que problemas do passado viessem atormentar o presente, e por isso, a política de paz e cooperação da Turquia resultou conseqüentemente no fim do antagonismo com os países do Ocidente com os quais lutou contra, na sua Guerra de Independência. O discurso de Ataturk proferido em 29 de outubro de 1923, dia em que a República da Turquia foi fundada, comprova o fim desse antagonismo da Turquia em relação ao Ocidente e mostra claramente o caminho que a política externa turca iria seguir.

Nosso objetivo agora é fortalecer os laços que nos unem as outras nações. Pode haver um grande número de países no mundo, mas há apenas uma civilização, e se uma nação está para atingir progresso, ela deve ser parte dessa civilização... O Império Otomano começou a declinar o dia em que, orgulhoso de seu sucesso contra o Ocidente, cortou laços que o prendiam as nações europeias. Nós não repetiremos esse erro²⁵. (ATATURK, 1923 *apud* BOZDAĞLIOĞLU, 2008, p. 62, tradução nossa).

Aydin (2004) afirma que a política externa turca esteve sempre em harmonia com a política interna do país, e, à vista disso, a ruptura com o passado se fazia presente

²⁴ “One of the fundamental features of Turkish foreign policy has been its Western orientation. Despite the fact that Turkey had fought against the Western powers during the First World War, after independence it opted for the Western world. This was expressed first in cultural and, after the Second World War, in political and military terms.” (AYDIN, 1999, p. 160).

²⁵ “Our object now is to strengthen the ties that bind us to other nations. There may be a great many countries in the world, but there is only one civilization, and if a nation is to achieve progress, she must be a part of this civilization... The Ottoman Empire began to decline the day when, proud of her successes against the West, she cut ties that bound her to the European nations. We will not repeat this mistake.” (ATATURK, 1923 *apud* BOZDAĞLIOĞLU, 2008).

tanto internamente, quanto externamente. Logo, uma renúncia ao Pan-islamismo e ao Pan-turanismo²⁶ presentes no Império Otomano era uma orientação fundamental da política externa da nova Turquia. De acordo com Çalis e Bağcı (2003) nem o Pan-islamismo, nem o Pan-turanismo ou ainda a orientalização se colocavam como uma decisão coerente num mundo controlado por forças ocidentais. O que Atatürk seguiu foi uma política realista e anti-imperialista que visava acima de tudo à concretização da sua independência. Já no período do Império Otomano, segundo Schon (2013), o país tinha uma política externa voltada para a Ásia menor, que era vista como uma região islâmica governada pelo califado. Delvoie (2014, tradução nossa) afirma que:

Por muitos séculos, a Turquia sob o disfarce do Império Otomano foi vista como uma potência oriental. A partir da sua capital em Istambul, seus exércitos estavam prontos para conquistar grande parte do sul da Europa, o Oriente Médio e o norte da África. Ela era vista como um inimigo e uma ameaça pelos europeus [...]. Na Europa, o sultão turco foi tão temido que acabou tomando proporções semimíticas²⁷.

Diferentemente dos otomanos, os kemalistas ao abolirem o sistema de governo religioso, retiraram-se da comunidade dos Estados islâmicos e redirecionaram a sua política externa para a Europa, cujos valores se assemelhavam mais ao de seu país (SCHON, 2013).

Cagaptay (2007), por sua vez, afirma que para tentar alcançar a superioridade militar europeia, o Império Otomano se voltou para a Europa já no início do século XVIII, quando passou a importar tecnologia e modelos institucionais europeus para tentar alcançar a proeminência tecnológica daquele continente, mas foi impedido de continuar essas mudanças devido a um movimento radical antiocidente dentro do país. Apenas no final do século XVIII, a fim de garantir a sua conservação, os otomanos optaram por instituir um sistema militar espelhado no europeu, através da construção de uma escola militar nos moldes ocidentais. E devido a essa ocidentalização do exército, o autor confirma que a ala militar da Dinastia Otomana passou desde então, a elevar a sua atenção ao Ocidente. Porém, foi Atatürk, quem fez efetivamente a aproximação e o estreitamento de laços da Turquia com os países europeus.

²⁶ “Movimento do fim do século XIX e do início do século XX que visava unir política e culturalmente todos os povos turcos que viviam na Turquia e na Eurásia.” (PAN-TURANISMO, [2016]).

²⁷ “For many centuries Turkey, in the guise of the Ottoman Empire, was viewed as an eastern power. From its capital in Istanbul, its armies set out to conquer much of Southern Europe, the Middle East and North Africa. It was viewed as an enemy and a threat by Europeans [...]. In Europe the Turkish sultan was so feared that he took on semi-mythical proportions.” (DELVOIE, 2014).

Ermida e Fernandes (2012) abordam mais detalhadamente as relações do Império Otomano no decorrer dos seus últimos séculos. Começando pelo século XVIII, os autores enfatizam que a Áustria e a Rússia foram os maiores inimigos dos otomanos, pelo fato de terem naquela época, conquistado alguns de seus territórios. Além disso, a França, que se colocava como um parceiro aliado otomano que inspirava as escolas militares turcas se distanciou quando invadiu o Egito em 1798, território controlado pelo Estado Otomano. Já, o século XIX é marcado por uma posição ambígua das potências europeias em relação ao Império Otomano, que por um lado queriam a sua conservação para o equilíbrio de poderes na região e por outro, desejavam a sua desintegração. Nesse contexto incerto, restava aos otomanos apenas explorarem as rivalidades europeias a seu favor, a exemplo disso, foi a formação de uma aliança com os britânicos, que tinha como finalidade conter a expansão russa no sudeste europeu. A aliança servia, sobretudo, aos interesses britânicos em prevenir o imperialismo russo no Mediterrâneo oriental.

Por fim, os autores relatam que no final do século XIX e início do século XX, ocorreram algumas alterações nas relações do Império Otomano com as potências europeias, como o distanciamento do tradicional aliado britânico. Tal fato se deu, devido à construção do Canal de Suez e ao interesse da Grã-Bretanha pelo domínio do Egito (território otomano). Em compensação ao afastamento britânico, ocorreu a aproximação do governo alemão, que se tornou um forte parceiro econômico dos otomanos. Em seguida, com a Primeira Guerra Mundial, o Império Otomano foi dividido pelos vencedores da guerra e a República Turca foi fundada, como a sucessora do extinto governo otomano. E então, como foi observado anteriormente, a nova Turquia viria a percorrer um caminho de aproximação e conciliação com as potências europeias.

Em conclusão, a política externa de Kemal instituiu uma política realista e pacífica, extinguiu o seu antagonismo com o Ocidente, se aproximou dos ideais ocidentais e renunciou o pan-islamismo presente na orientação política do Império Otomano.

3.2 As Principais Ações da Política Externa de Ataturk e a Relação com a Secularização

A política externa turca até o despertar da Segunda Guerra Mundial²⁸ visou sempre: evitar conflitos com outros países, através de uma política pacífica e neutra; proteger a integridade territorial do país e tornar a Turquia parte integrante da Europa e do Ocidente (AKTAS, 2010). A seguir, será explanado de que forma a política externa de Mustafá Kemal, por meio de acordos, tratados e resoluções se interligava ao fenômeno da secularização do país. Para isto, foram identificadas duas dimensões destacáveis da política externa kemalista que se relacionam com o projeto de secularização da Turquia.

A primeira dimensão é a **(I) orientação pacifista**, a qual pretendia estabelecer um ambiente externo favorável de relações amigáveis com todos os países. Segundo Ünver (2013), Ataturk desejava consolidar a paz externa como uma condição fundamental para o país perseguir o seu objetivo principal de modernização e desenvolvimento e assim, se unir ao grupo das civilizações avançadas. Nota-se, portanto, que o objetivo dessa política externa era dar capacidade ao governo, como a disposição de tempo e de recursos para a concretização de suas reformas internas, as quais se fundavam no princípio da secularização.

Alguns exemplos das ações da política de paz da Era Ataturk são os seguintes: a efetivação de uma cooperação regional por meio do Pacto dos Balcãs e do Pacto de Saadabad, a manutenção de relações amistosas com os soviéticos, a entrada da Turquia na Liga das Nações e a sua participação na Convenção de Montreux.

A segunda dimensão de política externa relacionada com o projeto de secularização de Kemal é a **(II) orientação pró-ocidente**, ou seja, a aspiração do país em fazer parte da civilização europeia e ocidental. De acordo com Yavalar (2008), a inclinação da política externa turca para o Ocidente estava de mãos dadas com as reformas de modernização do país. Ao fim da guerra de libertação da Turquia em 1923, Ataturk fez a seguinte declaração:

Todos os nossos esforços estão direcionados para o estabelecimento de um governo moderno, e, portanto, ocidental. Já existiu alguma nação que tenha desejado ser civilizada, mas que não tenha se voltado para o Ocidente? (...) Para manter nossas políticas, nossas tradições e

²⁸ “A Turquia procurou adotar uma política de neutralidade durante toda a Segunda Guerra em virtude das ameaças apresentadas pela Alemanha. Porém, em fevereiro de 1945, o país declarou guerra à Alemanha com o objetivo de participar da Conferência de São Francisco, que deu origem à ONU.” (JUNG, 2003 *apud* GHIGGI, 2010, p. 14).

nossos interesses, estamos inclinados ao estabelecimento de uma Turquia europeia, ou para ser mais preciso, de uma Turquia inclinada para o Ocidente²⁹. (ATATURK, 1923 *apud* YAVALAR, 2008).

Alguns exemplos de ações da política externa turca com ênfase na orientação pró-ocidente são: a assinatura de tratados com potências ocidentais; o avanço nas relações com a Grécia, a resolução das questões territoriais de Mossul e Hatay (negociadas com países ocidentais) e a deterioração das relações turcas com os países islâmicos.

A seguir, serão abordados detalhadamente os dois elementos de relação da política externa de Kemal com o programa de secularização: (I) orientação pacifista e (II) orientação pró-ocidente.

3.2.1 A Orientação Pacifista e a Secularização

Logo após a Guerra de Independência Turca, Ataturk passou a defender a ideia de que a paz era o meio mais efetivo para as nações atingirem a prosperidade. E, visando isso, a nova Turquia estabeleceu relações amigáveis com todos os países, incluindo os países que no passado desejaram o seu fim. Além disso, o país rejeitou políticas de expansionismo (GENELBILGE, 2009).

Segundo Aydin (2004), a política externa pacífica da Era Ataturk se constituía como uma condição essencial para o país conseguir concretizar as suas reformas internas de secularização e, sobretudo, reservar os recursos financeiros do país para esse fim. O presidente turco, em um de seus discursos fez a seguinte afirmação “O que particularmente interessa à política externa e no que ela se funda é a organização interna do Estado. É necessário que a política externa seja de acordo com a organização interna³⁰.” (Aydin, 2004, p. 17, tradução nossa). Em poucas palavras, Kemal evitava todos os tipos de conflitos externos porque poderiam comprometer a formação do Estado da Turquia. Aydin (1999) enfatiza que, para a reconstrução interna do país, Ataturk sempre seguiu uma política externa realista e pacífica. Em um de seus

²⁹ “All of our efforts are directed toward the establishment of a modern, therefore western, government. Has there been a nation which has desired to be civilized, but which has not turned towards the west? [...] In keeping with our policies, our traditions, and our interests, we are inclined to the establishment of a European Turkey, or to be more precise, a Turkey inclined toward the West.” (ATATURK, 1923 *apud* YAVALAR, 2008).

³⁰ “What particularly interests foreign policy and upon which it is founded is the internal organisation of the State. It is necessary that the foreign policy should agreed with the internal organisation.” (AYDIN, 2004, p. 17).

discursos, o presidente fez a seguinte afirmação: “Em vez de perseguirmos ideias que não podemos realizar, aumentando a pressão inimiga contra nós mesmos, vamos retornar [...] ao nosso limite legal. Vamos conhecer os nossos limites³¹.” (AYDIN, 1999, p. 179, tradução nossa). Nesse mesmo sentido, Yavalar (2008) afirma que, a política externa de paz de Atatürk, baseada na ideia de paz em casa, paz no mundo, renunciava o interesse do país em engrandecer o seu território, além de se colocar como um fator importante para o presidente conseguir alcançar os objetivos de secularização e modernização da nação. Mantendo a paz externa, Atatürk se concentraria nas reformas internas do país.

Em resumo, para o presidente turco, a missão de reconstruir uma nação requeria essencialmente o cessar das campanhas militares. Uma política externa pacífica permitiria ao país iniciar as reformas socioeconômicas necessárias para a elevação da nação ao nível das civilizações contemporâneas (SANDER, 1981). Ermida (2012) complementa que, a orientação pacifista turca além de visar à formação interna do Estado, também se dava devido à economia e à capacidade militar limitadas do país. A política pacífica turca pode ser verificada através da assinatura de pactos com a Grécia, a Romênia e a Iugoslávia na região dos Balcãs, e com o Irã, o Iraque e o Afeganistão no oriente. Pode ser verificada ainda, através da manutenção de relações cordiais com a Grécia, fortalecidas em 1930, com a assinatura de um tratado de cooperação e paz. Além, da manutenção de relações amistosas com a União Soviética (GENELBILGE, 2009). Em adição, a entrada da Turquia na Liga das Nações e a resolução da questão dos estreitos turcos também são ações de política externa baseadas na orientação pacifista do país. A seguir, serão explanados com mais ênfase todos esses acontecimentos.

3.2.1.1 O Pacto dos Balcãs de 1934

O cenário internacional no início da década de 1930 foi marcado pela conquista do poder pelo partido nazista na Alemanha, pelos interesses expansionistas da Itália no Mediterrâneo e na região dos Balcãs e pela corrida armamentista dos países europeus. Nesse contexto de ameaça da paz mundial, Atatürk previu que uma nova guerra poderia acontecer e então, visando à cooperação e à segurança regionais, o presidente turco

³¹ “Instead of pursuing ideas which we can not accomplish and increasing enemy pressure against ourselves, let us return [...] our legal limits. Let us know our limits.” (AYDIN, 1999, p. 179).

motivou países vizinhos a realizarem negociações sobre esse tema. Um dos resultados dessas negociações foi a assinatura do Pacto dos Balcãs, em 9 de fevereiro de 1934, na cidade de Atenas. Os países signatários foram Turquia, Grécia, Iugoslávia e Romênia. A Bulgária e a Albânia apesar de serem também países dos Balcãs não demonstraram interesse em participar do tratado. A Bulgária, devido à sua política expansionista e a Albânia, devido à forte influência da Itália sobre o seu governo (REPUBLIC OF TURKEY, 2016).

O pacto tinha como objetivo assegurar as fronteiras dos países signatários e estabelecer um sistema de segurança coletiva entre eles, em caso de ataque à região. O objetivo maior de Atatürk era conter ameaças imperialistas da Itália e da União Soviética, além de prevenir um possível ataque da Bulgária. Segundo um discurso de Atatürk, de 1934, o pacto dos Balcãs válido até 1941, teve um papel fundamental na proteção das fronteiras dos países (DEGERLI, 2009).

A ideia de segurança coletiva em relação à Itália se colocava mais como uma prevenção, já que o discurso de Mussolini dizia que, o governo italiano nunca havia incluído a Turquia em seus planos, pois seus objetivos expansionistas eram voltados para a Ásia e para a África por razões históricas. Apesar desse discurso, a desconfiança da Turquia em relação ao Estado italiano se intensificou, quando a Itália atacou a Etiópia em 1935 e rejeitou em 1936, a Convenção de Montreux, que concedia soberania plena à Turquia sobre os seus estreitos (GOL, 1993).

3.2.1.2 O Pacto de Saadabad de 1937

O Pacto de Saadabad foi um tratado de não agressão assinado pela Turquia, Irã, Iraque e Afeganistão, em 8 de julho de 1937, no palácio de Saadabad, em Teerã. Segundo o tratado, as partes integrantes não se envolveriam em assuntos internos de nenhum dos signatários, não iniciariam ataques na região e respeitariam as fronteiras de seus territórios. A Turquia teve um papel essencial nas negociações desse acordo pelo fato da sua agenda na época estar voltada para a cooperação e a segurança regionais, dado o contexto europeu de incertezas da década de 1930 (INONU FUNDATION, 2016).

Antes das negociações de Saadabad, a Turquia já mantinha relações estáveis com os três países integrantes do pacto. Em 1921, durante a Guerra de Independência, o governo de Ancara assinou um tratado de amizade com o Afeganistão, logo após a

visita do rei Amanullah à capital turca. Em 1926, as relações com o Iraque também se normalizaram, após a resolução da questão de Mossul. E por último, em 1934, os governos turco e iraniano estabeleceram relações de amizade, depois da visita do rei Reza Pahlavi à Turquia (INONU FUNDATION, 2016).

Alguns autores pensaram que o pacto com os vizinhos orientais levaria a Turquia ao seu passado do Pan-islamismo, mas na verdade serviu apenas para proteger as suas fronteiras orientais, além de não ter infringido nenhum princípio de laicização. Estava claro que Atatürk havia se afastado de suas raízes islâmicas. O pacto não era uma aliança militar e não tinha nenhuma intenção de fundar uma liga de países orientais, era apenas um acordo de amizade e solidariedade que colocava a Turquia numa posição vantajosa, ao unir a Ásia e a Europa. Além disso, foi uma conquista importante, dado o fato de que o Oriente Médio não enxergava a Turquia como um país parceiro, devido a conflitos territoriais desde a época do Império Otomano, a abolição do califado e o processo de secularização que causou desgosto aos países árabes (GOL, 1993). Para Ocaklı (2001), o pacto com os vizinhos orientais tinha como objetivo mostrar para as potências ocidentais, a lealdade turca em relação à manutenção de seu *status quo* e em relação à negação de seus interesses expansionistas. Em outras palavras, o Pacto de Saadabad pode ser visto como uma extensão da cooperação entre a Turquia e a Grã-Bretanha contra os movimentos revisionistas. O pacto acabou se tornando obsoleto a partir da Segunda Guerra Mundial, quando o Irã se desestabilizou internamente e se transformou em palco de interesses para a União Soviética, a Grã-Bretanha e os Estados Unidos (INONU FUNDATION, 2016).

3.2.1.3 A Manutenção de Relações Amistosas entre a Turquia e a União Soviética

Os turcos e os soviéticos estabeleceram relações amistosas desde a Guerra de Independência Turca, quando os soviéticos deram suporte à Turquia durante a guerra. Em novembro de 1920, antes mesmo da proclamação turca, os soviéticos já haviam instalado em Ancara uma embaixada que tinha a finalidade de apoiar o Movimento Nacionalista Turco (GUREL, 2016).

A partir desse histórico, as relações entre os dois países desde então só se fortaleceram, principalmente, através da assinatura de um tratado de neutralidade em dezembro de 1925. Os países concordaram em se abster do uso da força em qualquer situação de agressão direta entre eles e também de qualquer aliança ou coalisão contra

uma das partes (ÇALIS; BAGCI, 2003). Importante ressaltar que, em um discurso, o presidente turco declarou que a amizade com a Rússia não significava a adoção da ideologia comunista, já que esse era um modelo de governo não aplicável ao seu país (ALTUG, 2016).

Entre 1933 e 1936, as duas nações estreitaram ainda mais as suas relações. Nesse período, a União Soviética ofereceu crédito à Turquia para a compra de maquinário soviético e cedeu veículos militares e empréstimo de serviços para a construção da indústria turca. Somente a partir de 1936, essa relação entre os países começa a se deteriorar, pelo fato dos soviéticos demonstrarem interesse sobre a região dos estreitos turcos e da Turquia se aproximar mais do Ocidente, principalmente da Grã-Bretanha. No entanto, o afastamento por completo entre os dois países só iria ocorrer durante a Guerra Fria³², quando a Turquia viesse a se posicionar ao lado do bloco capitalista (GOL, 1993).

3.2.1.4 A Entrada da Turquia na Liga das Nações

A entrada da Turquia na Liga das Nações também representou um passo importante para um país que defendia a cooperação internacional e a manutenção de seu *status quo* no mundo. Em junho de 1932, o governo de Ancara manifestou interesse em participar da organização e logo no mês seguinte, o país foi convidado a integrá-la. O apoio dos britânicos foi fundamental para a inserção do país na Liga das Nações (ÇALIS; BAGCI, 2003). Segundo Sander (1981), a Turquia entrou na Liga por motivos de segurança. A tomada de poder de Hitler na Alemanha e as ameaças dos países do eixo na Europa oriental e nos Balcãs geravam incertezas em relação ao futuro da região.

Çalis e Bagci (2003) afirmam que, apesar da falha da organização em prevenir e conter agressões e ataques de países, como o caso da invasão italiana na Etiópia, a Liga simbolizava a manutenção da paz, fato que fundamentava a política externa de Kemal. Por esse motivo, a República Turca defendeu vigorosamente a fidelidade absoluta à Liga e o cumprimento das suas obrigações perante a organização.

³² Durante a Guerra Fria, a Turquia se alinhou completamente ao ocidente ao se firmar como um Estado tampão na contenção da expansão comunista na região do Oriente Médio. A sua integração ao bloco capitalista também serviu como um meio de receber subsídios financeiros e militares dos EUA e de intensificar as suas relações com as potências do ocidente, como parte da sua política de ocidentalização (GHIGGI, 2010).

Em reconhecimento aos esforços de Atatürk em construir a paz, a Liga das Nações realizou uma homenagem em sua memória, em 1938, ano de sua morte. E em 1981, no centenário de nascimento do estadista turco, as Nações Unidas e a UNESCO honraram novamente a sua memória pela sua defesa pela paz. Segundo Atatürk, "[...] a menos que a vida da nação enfrente perigo, a guerra é um crime³³." (GENELBILGE, 2009, tradução nossa).

3.2.1.5 A Convenção de Montreux sobre os Estreitos Turcos

Os estreitos turcos de Bósforo e Dardanelos, a partir do Tratado de Lausanne, tornaram-se uma zona desmilitarizada e administrada por uma comissão estipulada pelo próprio tratado. Na década de 1930, essa situação começou a gerar insegurança a Turquia, visto que os estreitos passaram a ser alvo de interesses de potências. Este fato motivou o governo turco a iniciar esforços diplomáticos para a conquista da soberania plena sobre os estreitos e conseqüentemente, o direito de militarização da área. Como resultado desse anseio turco, em 20 de julho de 1936, foi assinada na Suíça, a Convenção de Montreux sobre o regime dos estreitos turcos. Os países signatários foram: França, Grã Bretanha, Romênia, Iugoslávia, Grécia, Bulgária, União Soviética, Japão, Austrália e Turquia (YAYLALI, 2014).

De acordo com a Convenção, em tempo de paz, os navios mercantes teriam a passagem livre sobre os estreitos, enquanto que a os navios de guerra sofreriam algumas restrições pelo governo turco, relativas ao volume interno das embarcações e ao tempo de permanência dos navios no Mar Negro. Já em situação de guerra, a Turquia poderia proibir a passagem não só de navios inimigos, mas também de navios mercantes neutros que poderiam estar transportando material e tropas para algum país inimigo (REPUBLIC OF TURKEY, 2016).

O pedido do governo turco em 1936 para revisar o Tratado de Lausanne acerca dos estreitos de Bósforo e Dardanelos foi realizado por meio de negociações pacíficas que respeitaram integralmente o direito internacional. A conquista diplomática turca em relação ao controle dos seus estreitos mostrou um exemplo admirável de legalidade política para a Europa (GUCLU, 2001). Segundo Gol (1993), essa foi uma das maiores conquistas diplomáticas da Turquia no período entre guerras.

³³ "Unless the life of the nation faces peril, war is a crime." (GENELBILGE, 2009).

Figura 4 – Mapa dos Estreitos de Bósforo e Dardanelos



Fonte: *Quickgs* (2016).

Por fim, verifica-se que, os acordos de cooperação regional, como o Pacto dos Balcãs e o de Saadabad; a manutenção de relações amistosas com os soviéticos; a entrada da Turquia na Liga das Nações e a assinatura da Convenção de Montreux são exemplos de ações da política externa de Atatürk que vão ao encontro à sua política de paz para a reconstrução interna do país.

3.2.2 (II) A Orientação Pró-ocidente e a Secularização

Um segundo elemento de relação entre a política externa turca e o projeto de secularização do país é a ideia de olhar para o Ocidente como direção. Essa política auxiliaria na integração do governo kemalista ao mundo civilizado e serviria também como modelo para as reformas seculares internas do país.

A aproximação da Turquia com os países ocidentais através de inúmeros tratados de paz e neutralidade se fundava no propósito de Atatürk de construir uma imagem ocidental e secular da Turquia como pré-requisito para a sua própria segurança, pois a Europa só iria aceitar coexistir com os países que fossem seus similares (ÇALIS; BAGCI, 2003). O continente europeu era visto como um “clube de países cristãos” e seria difícil esse “clube” aceitar entre eles um país islâmico (AYDIN, 1999).

A derrota do Império Otomano na primeira guerra fez a República Turca mudar a sua visão em relação às grandes potências, ao abandonar qualquer vestígio antiocidente e ao adotar o sistema de Estado laico europeu (ÇALIS; BAGCI, 2003). Apenas a implementação de reformas de secularização e a cooperação com as organizações ocidentais seriam capazes de extinguir o medo e a insegurança da Turquia em relação à interferência de potências ocidentais em questões domésticas do país. Sendo assim, o governo turco se aproximou de seu “inimigo”, o Ocidente, como condição vital para a garantia da existência do Estado e para a consolidação de seu poder político no âmbito interno (AKTAS, 2010). Pois, “Se a Turquia quisesse encontrar seu lugar de direito no século XX – ou ao menos sobreviver sem ser retalhada pelas grandes potências, como as regiões islâmicas no Oriente Médio – teria que pertencer ao ocidente” (GORDON; TASPINAR, 2008 *apud* GHIGGI, 2010, p. 13). Portanto, a integração ao Ocidente e a renúncia ao oriente, se colocava como uma estratégia de sobrevivência da Turquia. O forte histórico de domínio e controle europeu sobre os países muçulmanos era um fato que preocupava a política externa turca.

Um período especialmente humilhante para os muçulmanos diante do Ocidente cristão foi o colonialismo dos séculos XIX e XX, em que virtualmente todas as regiões islâmicas do Oriente Médio e do norte da África ficaram sob o domínio de países europeus como a França, a Inglaterra, a Itália e a Espanha. Até o início do século 19, aquelas regiões haviam sido parte do vasto Império Otomano, com sua capital em Istambul. Com o colonialismo, chegaram os missionários, tanto católicos como protestantes, com suas igrejas, escolas e hospitais. Após a Primeira Guerra Mundial, à medida que as novas nações árabes foram alcançando a sua independência, houve o crescimento do sentimento nacionalista e a reafirmação dos valores islâmicos. (MATOS, 2001).

Os europeus tinham um sentimento de superioridade em relação aos costumes muçulmanos e afirmavam que os Estados islâmicos eram incapazes de instituírem governos eficazes (ROBINSON, 2016). Em fevereiro de 1919, a Sociedade das Nações por meio do Tratado de Versalhes instituiu um sistema de mandatos que tinha por finalidade regularizar as ex-colônias dos impérios derrotados que, segundo a Liga, não tinham capacidade para se autogovernarem. “Tal sistema gerou descontentamento e conflitos na região, pois as populações árabes, libertas do domínio turco, passaram à tutela de dois impérios cristãos, o francês e o britânico.” (ZUCCHI, 2014).

Em abril de 1920, de acordo com o Tratado de São Remo, mais de três quartos do mundo muçulmano estava sob domínio europeu (ROBINSON, 2016). O Tratado partilhou as antigas províncias otomanas do Oriente Médio entre as potências europeias,

foi assinado na Itália e teve a participação dos primeiros ministros da Grã-Bretanha, da França e da Itália, além da presença de um embaixador do Japão. Como resultado das negociações, a Grã-Bretanha recebeu o mandato para administrar a Palestina³⁴ e o Iraque, enquanto, a França ficou encarregada de controlar a Síria e o Líbano (MANDEL, 2016). Assim, “[...] todos [esses] Estados sob tutela francesa ou britânica, tiveram governantes fantoches mais interessados no seu poder, do que no bem público da nação.” (EWELLENZ, 2013). Além disso, a Grã-Bretanha estabeleceu também influência no governo iraniano, que por meio de uma imposição à Dinastia Pahlavi, conseguiu obter direitos exclusivos do petróleo do país (COSTA, 2016).

Desde o colapso do Império Otomano, o mundo árabe se dividiu em movimentos nacionais que lutavam contra o controle imperialista franco-britânico na região (MILMAN, 2004). Em resposta ao imperialismo e ao domínio europeu no mundo islâmico, o presidente Kemal adotou então, como modelo, os Estados democráticos, modernos e industrializados do Ocidente (GHIGGI, 2010).

O olhar especial em direção ao hemisfério ocidental inspirava o programa de secularização turca, que se colocava como um fator de segurança e sobrevivência ao país. Sendo assim, a política externa de Kemal em direção ao Ocidente pode ser vista através dos seguintes acontecimentos: a assinatura de tratados de paz e amizade com a Itália, a França e a Grã Bretanha; o avanço das relações com a Grécia; a resolução de disputas territoriais com a Grã-Bretanha e a França e a deterioração das relações turcas com os países islâmicos em determinados momentos.

3.2.2.1 Tratados de Amizade com as Potências Ocidentais

É possível verificar o estreitamento das relações turcas com o Ocidente, especialmente com três países, a Itália, a França e a Grã-Bretanha.

Em relação à Itália, Gol (1993) afirma que, embora Atatürk não apreciasse Mussolini, os dois países mantiveram relações amistosas, incluindo relações comerciais durante todo o governo de Kemal. Em maio de 1928, um pacto bilateral de amizade, conciliação e neutralidade foi firmado entre as partes. O acordo especificava que caso um dos signatários fosse atacado por um ou mais países, o outro permaneceria neutro.

³⁴ A Conferência de São Remo confirmou a Declaração Balfour, de 8 de novembro de 1917, e estabeleceu um território nacional para o povo judeu na Palestina, cujo território compreendia a Jordânia e a Faixa de Gaza (MANDEL, 2016).

Além do mais, a Itália teve um papel importante na conciliação da Turquia e da Grécia, que firmaram tratado em 1930, logo após a Itália ter firmado tratado com o governo grego.

Já, sobre a aproximação com a França, Gol (1993) ressalta que, em outubro de 1921, antes mesmo da fundação da República Turca, os governos de Ancara e de Paris assinaram um tratado sobre a delimitação das fronteiras entre a Turquia e a Síria, que na época era comandada pelo governo francês. Anos mais tarde, em 18 de fevereiro de 1926, um tratado de amizade e boa vizinhança foi assinado pelos dois países. Como resultado desse acordo, algumas fronteiras sofreram reajustes e finalmente as relações turco-francesas começaram a prosperar. Outro acordo assinado pela Turquia e pela França foi o de 1928, que tratava sobre o pagamento dos débitos do Império Otomano efetuado pela Turquia à França.

E por último, observa-se também a intensificação das relações entre a Turquia e a Grã-Bretanha, que assinaram um Tratado de Amizade em 1930. O embaixador inglês Percy Loraine, em maio de 1936, fez a seguinte declaração sobre essa aproximação entre os países:

As relações com a Inglaterra, em vez das relações com a Rússia, têm se tornado de modo geral, a pedra fundamental do arco da política externa turca; enquanto ao que se referem assuntos europeus e da Liga, os olhos e ouvidos turcos agora se viraram mais esperançosamente para Londres³⁵. (ÇALIS; BAGCI, 2003, p. 216).

Inclusive, afirmam esses autores, em uma conversa com Loraine, o ministro das relações exteriores turcas, Tevfik Rustu, revelou ao embaixador britânico que, se houvesse uma nova guerra, a Turquia se posicionaria ao lado da Grã-Bretanha. A aproximação entre Londres e Ancara, na década de 1930, ocorreu principalmente devido à política irredentista³⁶ e revisionista³⁷ da Itália no Mediterrâneo. Em busca de ganhar a confiança dos turcos, os britânicos apoiaram a entrada da Turquia na Liga das Nações e apoiaram também a questão turca sobre os estreitos, além de terem incentivado Kemal a realizar tratados de cooperação regional (Pacto de Saadabad e dos

³⁵ "Relations with England rather than relations with Russia, have generally speaking become the key stone of the arch of Turkish foreign policy; while as regards European and league affairs Turkish eyes and ears now turned more hopefully to London." (ÇALIS; BAGCI, 2003, p. 216).

³⁶ "Movimento dos irredentistas, italianos nacionalistas que, do final do séc. XIX a princípios do séc. XX, lutaram para incorporar à Itália, regiões sob domínio estrangeiro; Política que defende a incorporação de um território que se julga pertencer a um país e que fora tomado ou dominado por país ou países estrangeiros; Política de libertar povos com afinidades étnicas ou culturais de poder estranho a essas afinidades." (IRREDENTISMO, 2016).

³⁷ "Atitude daqueles que levam a discussão das bases de uma doutrina, ou dela discordam, isto é, daqueles que procuram fazer revisão do pensamento de um teórico." (REVISIONISTA, 2009–2016).

Balcãs). Além das relações políticas, as relações econômicas entre as duas nações também foram fortalecidas, através, por exemplo, de assistência financeira britânica à Turquia (ÇALIS; BAGCI, 2003). Segundo Ocakli (2001), o motivo real dessa assistência financeira era afastar do governo turco a interferência e a influência alemã.

De acordo com Aydın (1999), Atatürk se beneficiou da posição geopolítica turca e do cenário internacional do Pós-Primeira Guerra para tentar barganhar com as potências europeias que competiam entre si, sendo elas, Inglaterra, França e Itália.

3.2.2.2 *O Avanço nas Relações entre a Turquia e a Grécia*

Após a guerra turco-grega de 1923, um problema de emigração entre os países se agravou, fazendo com que em 30 de janeiro desse mesmo ano, os países assinassem um tratado bilateral sobre o intercâmbio de populações gregas e turcas. O tratado abrangia a troca de gregos ortodoxos estabelecidos na Turquia e de muçulmanos turcos que residiam na Grécia. A troca só não atingiria os cidadãos muçulmanos que habitavam na Trácia ocidental e os gregos residentes de Istambul. Essa foi a primeira convenção pautada no direito internacional sobre transferência de população baseada em critério religioso (SPYRIDON, 2015).

No entanto, meses depois, a convenção de 1923 gerou interpretações distintas entre os dois países, ao que tangia a questão dos gregos que residiam em Istambul antes de 1918. Para os turcos, o *status* desses gregos deveria ser aplicado conforme as leis turcas, o que reduziria o número de gregos na Turquia e para os gregos, deveria ser aplicado segundo a Convenção. Então, em outubro de 1923, uma comissão foi criada para lidar com essa questão, não conseguindo resolver o problema, a comissão encaminhou o caso para a Liga das Nações (GOL, 1993).

Nas dependências da Liga, a questão foi encaminhada para a Corte Permanente de Justiça Internacional, que em fevereiro de 1925 decidiu que, se a minoria grega presente em Istambul quisesse pertencer ao grupo de gregos que não seriam transferíveis, essa minoria deveria estar presente na Turquia antes de novembro de 1918. Essa decisão culminou no Tratado de Ancara entre a Grécia e a Turquia, em junho de 1925, sobre a resolução do problema de interpretação da convenção e de questões legais e financeiras concernentes à transferência populacional (SPYRIDON, 2015). Assim, o tratado de Ancara de 1925 estabeleceu pela primeira vez, relações normais entre a Turquia e a Grécia desde a Guerra dos Balcãs. Porém, a relação entre

ambas as nações só se intensificou em 1930, quando Ataturk e o primeiro ministro grego, Elefthérios Venizélos, negociaram um princípio de coexistência pacífica através da celebração de um tratado de neutralidade, conciliação e arbitragem. O tratado lidava também com questões pendentes do Tratado de Lausanne e da Convenção sobre a troca de populações entre os países (GOL, 1993). Meses depois, sob o espírito de amizade e reconciliação, os países assinaram um tratado referente ao comércio e à navegação (SPYRIDON, 2015).

3.2.2.3 A Questão Territorial de Mossul

A questão de Mossul foi uma disputa territorial entre a Grã-Bretanha e a Turquia, um impasse que o Tratado de Lausanne determinou nove meses de negociações para a resolução. Segundo a Turquia, Mossul lhe pertencia e para a Grã-Bretanha, a região era parte integrante do Iraque, território controlado pela ilha britânica. Sendo assim, em maio de 1924, em Istambul, ambos os países iniciaram uma negociação acerca do tema, porém nenhum acordo foi alcançado e passado os nove meses, a questão foi encaminhada para a Liga das Nações, conforme as especificações do Tratado de Lausanne (GOL, 1993).

No âmbito da Liga das Nações, o conselho estipulou que uma comissão neutra avaliasse o caso. O resultado dessa avaliação foi a criação de uma linha de separação entre os países que desagradava os interesses da Turquia, que recusou a decisão e questionou a justificativa da nova fronteira. O secretário-geral da Liga das Nações, em resposta, enviou uma carta ao Ministério das Relações Exteriores da Turquia alegando que a comissão havia fundamentado a sua decisão em uma consulta à Corte Permanente de Justiça Internacional de Haia. A Turquia em réplica, afirmou que a questão de Mossul não era um problema jurídico, mas sim político. A Liga não voltou atrás na sua decisão e concedeu oficialmente a região de Mossul ao Iraque (GOL, 1993).

Ainda, segundo Gol (1993), o consentimento turco a essa decisão se deu pelo fato de que, apesar de a região ser abundante em petróleo, mantinha uma grande população curda. Logo, uma união de curdos e turcos causaria problemas maiores. A relação entre a Turquia e os curdos já havia se degradado com a abolição do califado, que simbolizava um desrespeito religioso para o povo curdo, que inclusive, em fevereiro de 1925, realizou uma revolta na região.

A Turquia para evitar qualquer tipo de conflito, acabou acatando a decisão da Liga. Porém, em contrapartida, exigiu a assinatura de um tratado de neutralidade com a Grã-Bretanha e um pedido de divisas do petróleo oriundo da região disputada. Assim, em 6 de junho de 1926, foi assinado o Tratado Turquia-Grã-Bretanha que concedia Mossul ao Iraque. E em uma das cláusulas desse tratado, o governo turco conquistou o direito de receber 10% do total dos royalties de petróleo de Mossul durante 25 anos (GOL, 1993).

Figura 5 – Mapa da Região de Mossul



Fonte: *Washington Post* (2005).

3.2.2.4 A Questão Territorial de Hatay

A questão de Hatay envolveu interesses turcos e franceses sobre a província de Hatay, situada no norte do litoral da Latakia. A região originalmente pertencia à Síria, segundo o mandato francês para a Síria e o Líbano estabelecido após a Primeira Guerra Mundial pela Liga das Nações. Entretanto, anos mais tarde, a Turquia passou a demonstrar interesse pela região, alegando proximidade cultural e uma grande quantidade de população turca no local (JORUM, 2014).

O território em questão se colocou como motivo de disputa para ambos os países, devido a dois fatores. O primeiro fator era a importância econômica da região (plantação de frutas e grãos e produção de tabaco e seda). Já, o segundo fator era a importância estratégica que Hatay tinha por causa do Golfo Iskenderun e do porto marítimo de mesmo nome (AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA AMERICANA, 1947).

Em 1936, a Liga das Nações decidiu, após negociações sobre a independência da

Síria, conceder independência também a Hatay com a ressalva de que a sua política externa ainda fosse representada pelos sírios. Na posição de província independente, o parlamento de Hatay então, propôs uma votação que decidiu pela sua incorporação ao território turco, fato nunca reconhecido pela Síria (ERMIDA, 2012).

Apesar dos protestos sírios, em 1939, o governo turco anexou oficialmente a província de Hatay. A França apenas cedeu a essa decisão, pois propôs à Turquia na mesma época um tratado de amizade que visava relações amistosas entre os países durante a Segunda Guerra Mundial (JORUM, 2014). Em suma, a resolução da questão de Hatay melhorou as relações turco-francesas e piorou as relações turco-sírias (ÇETIN, 2010).

Figura 6 – Mapa da Região de Hatay



Fonte: *Daily Mail* (2016).

3.2.2.5 Atenuação das Relações da Turquia com os Países Islâmicos

As relações turcas com os países islâmicos durante o período kemalista sofreram algumas deteriorações, como resultado da mudança de identidade política do país. Muitos muçulmanos sírios, libaneses e iraquianos, por exemplo, que viviam sob o controle de forças ocidentais no auge da era imperialista no Pós-Primeira Guerra, viam no califado um suporte para a sua libertação e independência. Com a abolição do califado na Turquia, esse suporte deixou de existir, fazendo com que muitos árabes perdessem a esperança de se libertarem. Por conseguinte, a Turquia abandonou o *status*

de líder do mundo islâmico, extinguiu o seu passado e reestruturou uma nova agenda de política externa (ÇALIS; BAGCI, 2003).

Como consequência da reestruturação da nova política externa turca, a religião perdeu a sua finalidade política, e por isso, o país acabou dando as costas ao Oriente Médio e principalmente ao mundo árabe. Tal fato pode ser notado através da rejeição da Turquia em participar da Conferência de Cairo organizada por países muçulmanos em maio de 1926. O Estado acreditava que a conferência contradizia os seus princípios seculares, já que o assunto da reunião era a situação dos califados. A Turquia deixou de participar de muitos encontros islâmicos, já que o país não possuía mais a mesma estrutura estatal islâmica que os demais países de maioria muçulmana (ÇALIS; BAGCI, 2003).

Entretanto, seguem os autores afirmando que, a Turquia ainda participou de congressos islâmicos que julgava importantes para a sua população muçulmana, como é o caso do congresso de Meca, de junho 1926, que tinha como escopo tratar sobre os lugares sagrados e a segurança dos peregrinos. A participação turca nesse congresso pode até ter sido vista como uma incoerência, mas de fato não o foi, pois ela não desrespeitou nenhum dos princípios seculares estabelecidos pelo Estado da Turquia. A única preocupação era que a delegação turca focasse apenas no assunto dos peregrinos e contestasse qualquer questão política não pertinente. Outro congresso islâmico, no qual a Turquia participou foi o de Jerusalém, em dezembro de 1931, cuja pauta seria a mesma discutida em Meca. Porém, no decorrer do congresso, a Turquia notou que se tratava de uma conferência religiosa, a qual divergia dos ideais modernos de seu Estado. O acontecido gerou preocupação em Ancara que anunciou a falta de interesse pelo congresso (ÇALIS; BAGCI, 2003).

Os mesmos autores também enfatizam outro fator que acirrou as relações da Turquia com os países islâmicos, fator esse, de origem simbólica, relacionado à vestimenta. A Turquia e a Arábia Saudita passaram por uma situação constrangedora quando o governo turco proibiu peregrinos muçulmanos sauditas de usarem turbantes, enquanto visitavam santuários turcos, visto que na Turquia, o uso de turbantes já havia sido banido. Outro caso que causou constrangimento, porém dessa vez entre Ancara e Cairo, ocorreu em 1934, quando um embaixador egípcio usou o tradicional “fez” em um encontro oficial para diplomatas estrangeiros na Turquia. Na reunião, Atatürk pediu para que ele retirasse o chapéu e o endereçou um aviso, dizendo-lhe que seu uniforme o

desagradava. O presidente do Cairo ao saber do ocorrido ficou irritado e ambos os países passaram a evitar diplomacia presencial.

Nota-se então, que a ruptura política turca com o islã causou alguns constrangimentos simbólicos entre a Turquia e o mundo islâmico, porém esses constrangimentos não foram motivos para conflitos, visto que as relações entre os países permaneceram pacíficas. O que parece evidente é que o governo turco se distanciou da região em alguns momentos, pois como visto, nos próprios congressos muçulmanos, a nação turca deixou de ter alguns interesses em comum com tais países. Esse fato se deu devido à orientação turca pró-ocidente.

Por fim, compreende-se que o regime kemalista procurou criar relações pacíficas com todos os países que foram seus inimigos durante a Guerra de Independência Turca, países que queriam ocupar e controlar o seu território, como, a Grã-Bretanha, a França, a Itália e a Grécia. Ataturk queria apagar o seu passado de conflitos com o Ocidente e se igualar à civilização ocidental mediante relações amigáveis e a adoção de valores seculares.

3.2.3 A Relação entre Secularização e as Diretrizes Externas de Ataturk

O primeiro elemento analisado da relação da política externa de Kemal com o seu projeto de secularização foi a **orientação pacifista** do governo.

As ações observadas sobre essa orientação política foram as seguintes: a busca de Ataturk em estabelecer segurança e cooperação regionais com a maioria dos países dos Balcãs (Grécia, Iugoslávia e Romênia), através do tratado de 1934 e também com os seus vizinhos orientais (Irã, Iraque e Afeganistão) em 1937, por meio da celebração do Pacto de Saadabad; a manutenção de relações amistosas com os soviéticos, principalmente a partir de 1925, quando os dois países assinaram um tratado de neutralidade; a entrada da Turquia na Liga das Nações em 1932, organização que tinha o papel de assegurar a paz e finalmente, a assinatura da Convenção de Montreux em 1936, com a qual o país, por meio de esforços diplomáticos, conseguiu a soberania plena sobre os estreitos de Bósforo e Dardanelos.

Sendo assim, essas foram ações de política externa que auxiliaram a Turquia a manter um ambiente regional e internacional pacífico que permitiria ao país avançar nas suas reformas internas de secularização. Como afirma Stone (2001, p. 3, tradução nossa):

Uma característica incomum da política externa de Atatürk é que ela era totalmente diferente daquelas que são típicas de regimes militares, por exemplo, imprudentes e baseadas em ideias chauvinistas e revanchistas. Concentrando-se nas reformas domésticas socioeconômicas, o estadista Atatürk deu a nova república um espaço para ela respirar dentro da arena internacional, o que seria melhor para a reconstrução interna do país e de fato para a paz e a prosperidade. As reformas internas, é claro, aproximaram mais a Turquia da Europa e particularmente da secularização de todos os níveis de administração, como as reformas jurídicas, a adoção do calendário ocidental e a adoção do alfabeto latino [...] O impulso das reformas visava ao distanciamento da velha ordem, a qual era caracterizada por um contexto asiático-árabe. Atatürk conduziu e iniciou as reformas que transferiram esse espaço cultural em um Estado europeu modernizado³⁸.

Em suma, a postura pacífica turca se deu pelo fato de que a Turquia pretendia concluir os seus objetivos internos e por isso, não encontrou razões para aventuras militares que desperdiçariam tempo e recursos da nação. Além do mais, na condição de país derrotado da Primeira Guerra Mundial, o governo turco deveria analisar com bastante cautela o cenário europeu da época, a fim de resguardar a sua independência e soberania (AYDIN, 2004). Kemal realizou, acima de tudo, esforços para a concretização da paz no Mediterrâneo e na Europa, fato que daria capacidade ao governo para seguir com o seu programa de ações domésticas sem ser interrompido (GUCLU, 2001).

Um segundo elemento analisado de vinculação da política externa de Kemal com o seu ideal de secularização foi a **orientação pró-ocidente** seguida pelo seu governo.

Pode-se considerar como ações dessa orientação política: a assinatura de tratados com potências ocidentais, como o Tratado de Amizade, Conciliação e Neutralidade com a Itália em 1928, e os tratados de amizade com a França em 1926 e com a Grã Bretanha em 1930; a estabilização das relações com a Grécia através de um tratado de neutralidade, conciliação e arbitragem em 1930, quando foi resolvido o problema de troca populacional entre as duas nações; a resolução de duas disputas territoriais com

³⁸ "An unusual characteristic of Atatürk's foreign policy is that it was starkly different from those that are typical of military regimes: e.g. reckless adventurism, chauvinistic, revanchist ideas. Concentrating rather on domestic socio-economic reform, Atatürk's statesmanship gave the new Republic a breathing space within the international arena, which was all the better for the internal reconstruction of the country and indeed for peace and prosperity. Domestic reforms, of course, brought Turkey closer to Europe, particularly the secularisation of all levels of administration, judicial reforms, the adoption of the Western calendar and the adoption of the Latin alphabet [...]. The thrust of his reforms was aimed at detachment from the old order, which was characterised by an Asian-Arabic context. Atatürk led and initiated the reforms that transferred this cultural space into a modernised European state." (STONE, 2001, p. 3).

potências ocidentais (o caso do território de Mossul, que foi concedido ao Iraque em 1926, sendo as negociações realizadas com a Grã-Bretanha, que era quem detinha seu controle e o caso do território de Hatay, anexado à Turquia em 1939, depois de negociações com a França, que desejava incorporar a província à Síria, região controlada pelos franceses) e por fim, a deterioração das relações turcas com os países islâmicos em determinadas situações devido à nova identidade secular e pró-ocidental da Turquia. Assim, essas foram as ações da política externa kemalista que podem ser elucidadas através da sua orientação pró-ocidente, fato que aproximaria o país dos ideais seculares e o colocaria em igualdade com as nações civilizadas. De acordo com Çalis e Bagci (2003), à medida que as reformas internas seculares avançavam, mais a Turquia se virava politicamente do oriente para o Ocidente. Esse era um reflexo claro do ambiente doméstico no ambiente externo. A identificação turca com os valores do mundo ocidental fez o país ter um olhar especial em direção a esse hemisfério e certa indiferença em direção ao oriente. Além do mais, segundo Aydin (2004), o fato de a Turquia nunca ter sido colonizada, como outros países de terceiro mundo, contribuiu significativamente na aproximação do país com as potências europeias. Para Chemeris (2002, p. 29) “Nos antigos territórios otomanos, o único Estado realmente independente que emergiu da Primeira Guerra foi a Turquia de Mustafá Kemal”.

Percebe-se, então, que Ataturk buscou estreitar laços com as nações ocidentais devido ao processo de modernização e ocidentalização que se colocava como a razão de ser do Estado. E como consequência dessa aproximação com os ideais ocidentais, a política externa turca evitou fazer referência aos valores islâmicos e diminuiu suas relações com o Oriente Médio. A elite kemalista acreditava que os países árabes não tinham alcançado a civilização, pois mantinham ainda tradições antigas, como o direito corânico (BOZDAGLIOGLU, 2008).

Entretanto, apesar da forte identificação com os países do Ocidente, a Turquia só se tornou aliada desse hemisfério, depois da Segunda Guerra Mundial³⁹, quando passou a fazer parte da maioria das organizações militares, políticas e econômicas do hemisfério. Compreende-se, portanto, que Kemal construiu as bases para essa orientação ocidental, ainda que o presidente turco tenha seguido uma política de neutralidade durante o seu governo (BOZDAGLIOGLU, 2008).

³⁹ O período de 1945 a 1990 foi marcado por uma política de forte alinhamento ocidental da Turquia muito motivada por razões de segurança interna (a União Soviética ameaçava invadir a Europa e a Turquia). Em 1945 com a denúncia pelos soviéticos do tratado de amizade com os turcos, a Turquia se aproxima definitivamente do ocidente (GHIGGI, 2010, p. 28).

Outra observação importante a ser mencionada sobre a orientação pró-ocidental turca, é que ela se deu por uma razão de segurança. Desde o início da república, a Turquia encontrava-se em condição vulnerável a ataques tanto internos⁴⁰, quanto externos de inimigos, e por isso, sua política externa sempre esteve voltada para a segurança e para a soberania de seu território (TURKISH REVIEW, 2012). Atatürk desejava transformar a Turquia em uma nação "civilizada" e assim, prevenir a interferência de potências estrangeiras em seu território. O presidente sabia que mais de 300 milhões de muçulmanos no mundo estavam sendo controlados por países ocidentais (SANDER, 1981). Portanto, somente uma Turquia europeia e secular poderia afastar o imperialismo europeu voltado para o mundo islâmico.

Em síntese, o governo de Atatürk tinha como projeto central de sua política, a construção de uma nação secular e moderna que estaria ao nível da civilização ocidental. Dessa forma, o país garantiria a sua segurança e sobrevivência em meio ao cenário internacional da época, pautado na subjugação dos Estados islâmicos e nas ambições imperialistas das potências ocidentais. Logo, para se atingir o objetivo da secularização, Kemal seguiu uma política externa pacífica que o habilitaria a colocar em prática as reformas internas da nação. Além também, de estabelecer uma política externa de conciliação com o Ocidente, fato que integraria a Turquia aos Estados europeus.

⁴⁰ Desde o início, os líderes republicanos turcos foram confrontados internamente pelas aspirações de poder de grupos tradicionais locais, grupos étnicos, redes religiosas e conservadores que reivindicavam o retorno do governo otomano. Além disso, a fragmentação interna da elite burocrática-militar republicana criava um potencial crescente de conflito interno na república recém-criada. A fundação e o fechamento do Partido Progressista Republicano (1924), a rebelião curda sob o Naqshbandi Sheikh Said (1925) ou a tentativa de assassinato contra Mustafa Kemal em Izmir (1926) são alguns casos em questão (JUNG, 2003).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar a relação da política externa de Mustafá Kemal Atatürk (1923–1938) com o projeto de secularização da Turquia. Para atingir esse objetivo, estruturou-se o estudo em duas partes. A primeira parte explanou a história da República da Turquia, a ascensão de Atatürk ao poder e o fenômeno da secularização no Estado turco, através da exposição da ideologia e das reformas kemalistas. A segunda parte da pesquisa abordou o perfil da política externa turca durante o governo de Atatürk e a relação das ações de política externa naquele período com a secularização, por meio de dois elementos de análise: orientação pacifista e orientação pró-ocidente.

Assim, conclui-se que a relação da política externa turca com a secularização se deu por meio das políticas pacífica e pró-ocidente implantadas pelo país. De modo geral, o presidente turco adotou uma política externa pacífica que o permitiria focar nos objetivos internos da nação e pró-ocidente que o aproximaria de seu ideal de civilização moderna e secular.

No que concerne à parte inicial do estudo, observou-se que, a partir da Guerra de Independência da Turquia, o Movimento Nacionalista Turco liderado por Atatürk conquistou a libertação do país, que se encontrava sob ocupação de potências ocidentais. E assim, sobre os escombros do Império Otomano, a República da Turquia foi instaurada, tendo como o seu primeiro presidente, Atatürk, o herói da independência do país.

Para o novo governo que surgia, seis princípios políticos foram instituídos, os quais são conhecidos como as Seis Flechas da ideologia kemalista. As flechas tinham o objetivo de apontar para a Turquia o caminho da modernização e do progresso. A flecha da secularização, em especial, era fundamental para os propósitos do país ao visar à construção de instituições políticas e sociais legitimadas pela soberania popular e não mais por preceitos islâmicos.

À vista disso, o processo de secularização foi implementado em diversas esferas da sociedade turca: na esfera institucional, simbólica, jurídica e educacional. Na esfera institucional analisou-se a abolição do califado, do Ministério da Sharia e das cortes islâmicas. Analisou-se também a laicização oficial do Estado em 1928, quando a Turquia retirou da Constituição o islã como a religião oficial do Estado. Na esfera simbólica observou-se a substituição da vestimenta tradicional pela ocidental, a adoção

do calendário gregoriano ocidental, a instituição de uma reforma linguística através da introdução do alfabeto turco em bases latinas e da tradução do alcorão para o turco. Em seguida, examinou-se a secularização no campo do Direito, em que o sistema jurídico religioso foi substituído pelo sistema positivo e secular, o Código Civil do país foi inspirado no Código Civil suíço, o Código Penal, no italiano e o Mercantil, no alemão. A poligamia foi abolida e a igualdade jurídica entre o homem e a mulher foi instaurada. A partir de então, a mulher conquistou o direito ao voto e o direito de ser eleita. Por último, analisou-se a secularização da educação, através de um sistema nacional unificado de educação, o qual aplicou um currículo secular de ensino. Em razão dessas reformas, a Turquia rompeu com o seu passado otomano e passou a contemplar valores considerados ocidentais. Nota-se que a secularização era um objetivo importante a ser alcançado, visto que ela modernizaria o país e assim, o integraria à civilização europeia.

Conforme Schön (2013), no Pós-Primeira Guerra, a Turquia era um país politicamente e culturalmente atrasado e a única saída para o país se afirmar entre as potências europeias, segundo a visão de Atatürk, era a mudança radical da sua sociedade. Por esse motivo, o governo se preocupou em estabelecer padrões culturais, sociais e educacionais semelhantes aos dos europeus e, assim, tornar a Turquia um país europeu.

Compreende-se, portanto, que a secularização estava totalmente atrelada à modernização e conseqüentemente à ocidentalização, que por sua vez era objetivo central da nova Turquia, e por isso estava fortemente presente na política externa do país, naquele momento. Aktaş (2010) afirma que nos primeiros anos da República Turca observa-se uma forte harmonia entre as ações externas do país e a sua agenda de reformas domésticas. Qualquer perfil de política externa que contradizia a formação interna da república foi deixado de lado, como práticas e discursos otomanos. Em suma, a política externa contribuiu para a consolidação do poder doméstico de Atatürk, ou seja, para o estabelecimento da revolução republicana.

Ao longo da pesquisa verificou-se que existem dois elementos da política exterior de Kemal relacionados à secularização da Turquia, sendo eles respectivamente, a (I) orientação pacifista e a (II) orientação pró-ocidente adotadas pelo país. A orientação pacifista foi vista na prática quando a Turquia passou a participar da Liga das Nações, resolveu cordialmente com outros países a questão dos estreitos turcos, conservou relações amigáveis com a União Soviética e concretizou dois Pactos referentes à cooperação regional (o dos Balcãs com a Grécia, a Romênia e a Iugoslávia

e o de Saadabad com o Irã, o Iraque e o Afeganistão). Uma das finalidades da orientação pacifista, de acordo com os autores estudados, era assegurar espaço de tempo para a nova república realizar a reconstrução interna de seu território. Um confronto militar poderia comprometer as reformas kemalistas e impedir o avanço da secularização turca. Tarantelli (2014) confirma essa ideia ao afirmar que Atatürk seguiu uma política externa combinada com a secularização, a qual pretendia manter o país longe de qualquer situação de beligerância.

O segundo elemento de vinculação da política externa com o fenômeno da secularização turca é a orientação pró-ocidente, percebida através da assinatura de tratados de paz com países ocidentais (Grã-Bretanha, França, Itália e Grécia) e por meio de negociações com a França e com a Grã-Bretanha acerca das questões territoriais de Hatay e Mossul. Além também dos constrangimentos entre a Turquia e os países islâmicos em determinadas situações em decorrência dos valores seculares adotados pelo país, que culminaram no afastamento da Turquia da esfera oriental e conseqüentemente na sua proximidade com a esfera ocidental. Observando esse panorama, entende-se que a aproximação com o Ocidente – moderno e secular – era uma condição fundamental para a afirmação da nova identidade secular do país. Para Gol (1993), a inclinação ocidental da política externa turca ocorreu em conjunto com os esforços de modernização da esfera cultural do país.

Por último, ressalta-se que a própria motivação da secularização também está associada de uma forma ou de outra às diretrizes externas da nação, pois de acordo com a literatura analisada, a conquista do *status* secular e europeu pela Turquia era um meio de garantir a segurança do país. Segundo as palavras de Atatürk “[...] a existência, habilidade, liberdade e independência de uma nação são proporcionais às suas conquistas civilizacionais [...] Nações sem capacidade para estas conquistas estão numa posição de perder, cedo ou tarde, sua liberdade e independência⁴¹.” (ATATURK, [19--] *apud* SANDER, 1981, p. 260, tradução nossa). Entende-se, portanto que, a sobrevivência do Estado turco dependia das transformações sociais empreendidas pelo governo, transformações essas pautadas no ideal secular e moderno de civilização. Somente dessa maneira a Turquia pertenceria à Europa e afastaria o imperialismo europeu presente nos países muçulmanos no Pós-Primeira Guerra Mundial.

⁴¹ “The existence, ability, freedom and independence of a nation are proportional to its civilized achievements [...]. Nations lacking the capacity for civilized achievements are in a position to lose, sooner or later, their freedom and Independence.” (ATATURK, [19--] *apud* SANDER, 1981, p. 260).

De fato, a falta de interesse de Mustafá Kemal pelos assuntos do Oriente Médio era consequência da posição subordinada de grande parte dessa região, a qual era controlada politicamente pela Europa. Além desse fato, na época havia poucos Estados independentes no Oriente Médio com os quais a Turquia poderia estabelecer relações. Assim, o governo tinha pouco a ganhar num envolvimento com o mundo árabe, ao mesmo tempo em que arriscava pouco em não participar ativamente nesse território. Dessa forma, entende-se que a aproximação com a Europa foi fruto de uma política de estratégia de segurança para o país (DANFORTH, 2008).

Sendo assim, conclui-se que em busca de consolidar o projeto de secularização, a Turquia estabeleceu uma política externa pacífica e pró-ocidente, garantindo assim, a segurança e a sobrevivência do Estado. A “Síndrome de Sèvres” representada pela ideia da repartição do território turco pelas potências ocidentais era um temor que deveria permanecer apenas no passado.

A Turquia, em seu cenário atual, tem adotado uma política externa diferente em alguns aspectos dos valores kemalistas, pautada por uma ideia de retorno ao passado. A partir de 2002, ano em que o AKP⁴², partido inspirado por orientações muçulmanas, assumiu o poder, “os tradicionais paradigmas da política externa turca passam a ser questionados, fazendo com que muitas das posições que anteriormente lhe caracterizavam fossem modificadas em algum grau” (LEÃES, 2015). Sendo assim, a orientação política da nação e a conservação dos tradicionais valores seculares, implementados durante a Revolução Kemalista, são duas questões pertinentes para a realização de futuros estudos.

⁴² AKP (Partido da Justiça e Desenvolvimento).

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA CENTRAL DE INTELIGÊNCIA AMERICANA. **The Hatay question**. 1947. Disponível em: <http://www.foia.cia.gov/sites/default/files/document_conversions/89801/DOC_0000256977.pdf>. Acesso em: 15 abr. 2016.

ALTAN. Adem. **Erdogan quer se tornar imperador do século XXI?** 2016. Disponível em: <<http://br.sputniknews.com/mundo/20160229/3699364/Turquia-Erdogan-imperador.html>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

ALTMAN, Max. Hoje na História: morre Império Otomano e nasce República Turca. **Opera Mundi**, São Paulo, 29 out. 2009. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/noticias/1779/conteudo+opera.shtml>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

_____. Hoje na história – 1923: Turquia assina tratado de Lausanne que legitima limpezas étnicas e redefine suas fronteiras. **Opera Mundi**, São Paulo, 24 jul. 2014. Disponível em: <<http://operamundi.uol.com.br/conteudo/historia/37148/hoje+na+historia++1923+turquia+assina+tratado+de+lausanne+que+legitima+limpezas+etnicas+e+redefine+suas+fronteiras.shtml>>. Acesso em: 28 mar. 2016.

ALTUĞ, Yilmaz. **Foreign Policy of Ataturk**. 2016. Disponível em: <<http://www.atam.gov.tr/dergi/sayi-16/foreign-policy-of-ataturk>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

AKŞİN, Sina. **The Nature of the Kemalism Revolution**. 2016. Disponível em: <<http://www.unaturkey.org/dergiler-bulletins/38-say-02-number-02-october-1999-58-the-nature-of-the-kemalist-revolution-.html>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

AKTAŞ, Gulbahar Yelken. **Turkish Foreign Policy: new concepts and reflections**. 2010. 101 f. Dissertação (Mestrado em Ciências [Sociais]) – Department of International Relation School of Social Sciences. Middle East Technical University, [s.l.], 2010. Disponível em: <<https://etd.lib.metu.edu.tr/upload/12612869/index.pdf>>. Acesso em: 4 maio 2016.

AYDIN, Mustafa. **Determinants of turkish foreign policy: historical framework and traditional inputs**. [s.l.]: Middle Eastern Studies, 1999. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/00263209908701290#.VzDOvOQnLBg>>. Acesso em: 5 maio 2016.

_____. **Turkish Foreign Policy, Framework and Analyses**. [s.l.]: Center for Strategic Research, 2004. Disponível em: <<http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2011/12/mustafaaydin.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ATAÖV, Türkkaya. The Principles of Kemalism. **The Turkish Year Book**, [s.l], v. XX, 1980–1981. Disponível em: <<http://dergiler.ankara.edu.tr/dergiler/44/1567/17013.pdf>>. Acesso: 30 mar. 2016.

BAĞCI, Hüseyin; ÇALIŞ, Şaban. **Atatürk's Foreign Policy Understanding and Application**. 2003. Disponível em: <<http://sead.selcuk.edu.tr/sead/article/view/407/402>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

BOZDAĞLIOĞLU, Yücel. Modernity, Identity and Turkey's Foreign Policy. **Insight Turkey**, [s.l], v. 10, n. 1, p. 55–76, 2008. Disponível em: <https://www.academia.edu/2487657/Modernity_Identity_and_Turkeys_Foreign_Policy>. Acesso em: 8 abr. 2016.

CAGAPTAY, Soner. **Secularism and Foreign Policy in Turkey**. Washington: Washington Institute for Near East Policy, 2007. Disponível em: <<https://www.washingtoninstitute.org/uploads/Documents/pubs/PolicyFocus67.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ÇARMIKLI, Eyup Sabri. **Caught between Islam and the West: secularism in the kemalist discourse**. 2011. 278 f. Tese (Doutorado em Filosofia) – School of Social Sciences. Humanities and Languages. University of Westminster, [Londres], 2011. Disponível em: <http://westminsterresearch.wmin.ac.uk/9573/1/Eyup_Sabri_CARMIKLI.pdf>. Acesso em: 4 abr. 2016.

ÇELEBI, Bahadır. The Failure of Assertive Secularization Project in Turkey. **Turkish Journal of Politics**, Istanbul, v. 2, n. 1, Summer 2011. Disponível em: <<http://tjp.fatih.edu.tr/docs/articles/92.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016

CENTRO CULTURAL BRASIL TURQUIA. **História da Turquia até 1923**. 2010. Disponível em: <<http://www.brasilturquia.com.br/historia-da-turquia-ate-1923-242.html>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

CESARE, Paulo Henrique Hachich. **Estado laico é diferente de Estado antirreligioso**. 2012. Disponível em: <<http://www.conjur.com.br/2012-mar-21/estado-laico-nao-sinonimo-estado-antirreligioso-ou-laicista>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

ÇETIN, Servet. Turkish Foreign Policy between: 1923–1939. **Avrupanaliz The European Union**, 28 maio 2010. Disponível em: <<https://avrupanaliz.wordpress.com/tag/balkan-pact/>>. Acesso em: 18 abr. 2016.

CHEMERIS, Henry Guenis Santos. **O Conflito Israelo-Palestino sob a Ótica da Teoria Sistêmica de Niklas Luhmann**. 158 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Departamento de História. Programa de Mestrado em Ciências Sociais Organizações e Sociedade, da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas. Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2002. Disponível em: <<http://docplayer.com.br/7013154-Henry-guenis-santos-chemeris-o-conflito-israelo-palestino-sob-a-otica-da-teoria-sistemica-de-niklas-luhmann.html>>. Acesso em: 17 jun. 2016.

CIMENTI, Carolina. Saiba o que é a sharia, o código de leis do islamismo. **Último Segundo**, [s.l.], 24 ago. 2011. Disponível em: <<http://ultimosegundo.ig.com.br/11desetembro/saiba+o+que+e+a+sharia+o+codigo+de+leis+do+islamismo/n1597176119103.html>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

COSTA, Antonio Luiz M. C. O centenário do caos no Oriente Médio. **Carta Capital**, [s.l.], 6 jan. 2016. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/revista/877/cem-anos-de-preparacao-9520.html>>. Acesso em: 23 abr. 2016.

DANFORTH, Nicholas. **Ideology and Pragmatism in Turkish Foreign Policy: from Ataturk to the AKP**. 2008. Disponível em: <<http://www.turkishpolicy.com/article/290/ideology-and-pragmatism-in-turkish-foreign-policy-from-aturk-to-the-akp-fall-2008>>. Acesso em: 15 mar. 2016

DEGERLI, Esra. Balkan Pact and Turkey. **The Journal of International Social Research**, [s.l.], v. 2, n. 6, Winter 2009. Disponível em: <http://www.sosyalarastirmalar.com/cilt2/sayi6pdf/degerli_esra.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2016.

DELVOIE, Louis A. Turkey between east and west. **The Whig**, [s.l.], 9 maio 2014. Disponível em: <<http://www.thewhig.com/2014/05/09/turkey---between-east-and-west>>. Acesso em: 22 maio 2016.

DEROLLE, Patricia Galves. **História mundial: Primeira Guerra Mundial**. 2013. Disponível em: <<http://e-internacionalista.com.br/2013/07/06/historia-mundial-primeira-guerra-mundial/>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ELORZA, Antonio. Mustafa Kemal Ataturk: la abolición del ultimo califato. **El Mundo**, Madri, 3 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/la-aventura-de-la-historia/2016/03/03/56d8395522601d8a278b45f4.html>>. Acesso em: 3 abr. 2016.

ERMIDA, Graça; FERNANDES, J. P. Teixeira. A política externa da Turquia face ao ocidente revisitada. **Revista Mural Internacional**, Rio de Janeiro, v. 3. jun. 2012. Disponível em: <<http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/muralinternacional/article/view/5867/4244>>. Acesso em: 2 maio 2016.

ERMIDA, Graça Patrícia de Azevedo. **A Política externa da Turquia e a União Europeia: o caso da segurança energética**. 2012. 214 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política e Relações Internacionais) – Instituto de Estudos Políticos, Portugal, 2012. Disponível em: <<http://repositorio.ucp.pt/bitstream/10400.14/8925/1/tese%20de%20mestrado%20Graca%20Ermida%20Jan%202012.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

ETCHART, Alejandra Arana. **El Imperio Otomano, ¿por tercera vez a las puertas de Viena?** Instituto Universitário de Estudios Europeus: Madri, 2006. (Documento de Trabajo, Serie Unión Europea, n. 24). Disponível em: <<http://www.ideo.ceu.es/portals/0/publicaciones/el-imperio-otomano.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

EWELLENZ, Sylvia. Guerra do petróleo: fim dos impérios centrais, partilha do Oriente Médio, 1919. In: VI CONGRESSO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA, 25 a 27 set. 2013. Maringá. **Anais...** Disponível em: <http://www.cih.uem.br/anais/2013/trabalhos/113_trabalho.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2016.

GENELBILGE. **Mustafa Kemal Atatürk's life**. 2009. Disponível em: <<http://www.genelbilge.com/mustafa-kemal-ataturk-is-life.html/>>. Acesso em: 19 maio 2016.

GHIGGI, Luciana. **Estratégia de Integração Regional da Turquia: Cáucaso, Ásia Central e Oriente Médio**. 2010. 61 f. Monografia (Bacharel em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciências Econômicas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/28372/000770814.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 14 mar. 2016

GLYPTIS, Agapi-Leda. **Kemalism as a language for turkish politics: cultivation, reproduction, negotiation**. 2007. 289 f. Tese (Doutorado em [Ciência Econômica e Política]) – London School of Economics and Political Science. University of London, Londres, 2007. Disponível em: <http://etheses.lse.ac.uk/423/1/Glyptis_Kemalism%20as%20a%20language%20for%20Turkish%20politics.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

GÖL, Ayala. **A Short Summary of Turkish Foreign Policy: 1923–1939**. 1993. Disponível em: <http://www.politics.ankara.edu.tr/dergi/pdf/48/1/5_ayla_gol.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2016.

GUCLU, Yucel. The basic principles and practices of Turkish foreign policy under Atatürk. **Daily News**, [s.l], nov, 2001. Disponível em: <<http://www.hurriyetdailynews.com/the-basic-principles-and-practices-of-turkish-foreign-policy-under-ataturk.aspx?pageID=438&n=the-basic-principles-and-practices-of-turkish-foreign-policy-under-ataturk-2001-11-10>>. Acesso em: 20 maio 2016.

GUREL, Berk Can. **Extended Essay History, 1919–1939 Turkey-USSR Relations**. [s.l]: TED Ankara College Foundation, 2016. Disponível em: <http://tedprints.tedankara.k12.tr/334/1/Berk_Can_Gurel.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2016.

INONU FOUNDATION. **The Treaty of Saadabad is signed**. 2016. Disponível em: <<http://www.ismetinonu.org.tr/index.php/calendar-2015/july/8-july>>. Acesso em: 17 abr. 2016.

IRREDENTISMO. In: DICIONÁRIO Aulete. 2016. Disponível em: <<http://www.aulete.com.br/irredentismo>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

JORUM, Emma Lundgren. **Syria's "Lost Province": the Hatay question returns**. 2014. Disponível em: <<http://carnegieendowment.org/syriaincrisis/?fa=54340>>. Acesso em: 19 abr. 2016.

JUNG, Dietrich. The Sèvres Syndrome: turkish foreign policy and it is historical legacies. **American Diplomacy**, [s.l], ago. 2003. Disponível em: <http://www.unc.edu/depts/diplomat/archives_roll/2003_0709/jung_sevres/jung_sevres.html>. Acesso em: 4 maio 2016.

KEMAL, Ataturk. History. **BBC UK**. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/history/historic_figures/ataturk_kemal.shtml> Acesso em: 19, jul. 2014.

KINZER, Stephen. Changing the world: from Ataturk's six arrows to the eight millennium development goals. *In*: INTERNATIONAL CONFERENCE PIONEER OF THE MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS: ATATÜRK, 19 abr. 2003, New Jersey. **Anais...** Disponível em: <<http://www.lightmillennium.org/ataturk/2013/s-kinzer-keynote-authorized-4-19-13.pdf>>. Acesso em: 4 mar. 2016.

LEÃES, Ricardo Fagundes. **A Política Externa Turca entre o Caso das Forças Armadas e a Ascensão dos Religiosos**. 2012. 70 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Programa de Pós-Graduação em Ciência Política. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015. Disponível em: <<https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/129058/000966249.pdf?sequence=1>>. Acesso em: 2 abr. 2016.

LARISON, Daniel. **Ataturk and Turkish Foreign Policy**. Disponível em: <<http://www.theamericanconservative.com/larison/ataturk-and-turkish-foreign-policy/>>. Acesso em: 30 maio 2016.

MACHADO, Jónatas Eduardo Mendes. **Liberdade religiosa numa comunidade constitucional inclusiva: dos direitos da verdade aos direitos dos cidadãos**. Coimbra: Coimbra Editora, 1996. (Boletim da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra)

MANDEL, David. **La Conferencia de San Remo**. 2016. Disponível em: <<http://www.anajnu.cl/conferenciasanremo.htm>>. Acesso em: 22 abr. 2016.

MAPA DE HATAY. **Daily Mail**. 2016. Disponível em: <<http://www.dailymail.co.uk/sciencetech/article-3553906/Ancient-mosaic-featuring-cheerful-skeleton-Turkey.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MAPA DE MOSSUL. **The Washington Post**. 2005. Disponível em: <<http://www.washingtonpost.com/wp-dyn/articles/A32631-2005Apr6.html>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MAPA DO IMPÉRIO OTOMANO EM 1914. **New Zealand History**. 2014. Disponível em: <<http://www.nzhistory.net.nz/media/photo/map-ottoman-empire-1914>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MAPA DOS ESTREITOS DE BÓSFORO E DARDANELOS. **Quickgs**. 2016. Disponível em: <<http://www.quickgs.com/major-straits-of-world/>>. Acesso em: 20 jul. 2016.

MATOS, Alderi Souza de. Cristãos e muçulmanos: uma longa história de conflitos. **Revista Ultimato**, [s.l], ed. 273, nov–dez. 2001. Disponível em: <<http://www.ultimato.com.br/revista/artigos/273/cristaos-e-muculmanos-uma-longa-historia-de-conflitos>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

MERRYMAN, Juliann. **Kemalism: A Revolutionary Ideology and its Islamist Opposition**. Syracuse University Honors Program Capstone Projects, [s.l], paper 49, 2013. New York. Disponível em: <http://surface.syr.edu/cgi/viewcontent.cgi?article=1043&context=honors_capstone>. Acesso: 28 mar. 2016.

MILMAN, Luis. Origem dos movimentos islâmicos revolucionários. **Revista Espaço Acadêmico**, [s.l], n. 35, abr. 2004. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/2010/artigos_teses/2011/sociologia/artigos/milmam_movimentos_islamicos.pdf>. Acesso em: 5 maio 2016.

OBSERVATÓRIO DA LAICIDADE NA EDUCAÇÃO. **Dicionário**. 2012. Disponível em: <<http://www.edulaica.net.br/artigo/1/conceitos/dicionario/>>. Acesso em: 2 maio 2016.

OCAKLI, Sait. **Westernization, modernization and Turkish-arab relations during Democrat Party Era**. 2001. Disponível em: <<http://www.thesis.bilkent.edu.tr/0001844.pdf>>. Acesso em: 22 maio 2016.

O POPULISMO NA AMÉRICA LATINA. 2016. Web Artigos. Disponível em: <<http://www.webartigos.com/artigos/o-populismo-na-america-latina/128122/>> Acesso em: 19, jul. 2016.

PAN-ISLAMISMO. *In*: DICIONÁRIO on line de Língua Portuguesa. [2009–2016]. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/pan-islamismo/>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PAN-TURANISMO. *In*: ENCICLOPEDIA Britannica. [2016]. Disponível em: <<http://global.britannica.com/event/Pan-Turanianism>>. Acesso em: 20 abr. 2016.

PEIXINHO, Maria de Fátima. **A Turquia: fronteira entre dois mundos**. **Revista da Faculdade de Ciências Humanas e Sociais**. Porto, Edições Universidade Fernando Pessoa. [2016]. Disponível em: <http://bdigital.ufp.pt/bitstream/10284/1328/2/184-195_FCHS06-3.pdf - peixinho 2009>. Acesso em: 30 mar. 2016.

PERAZZO, Anne Kharine da Silva. **A Laicidade na França Republicana**: a questão da indumentária religiosa perante o Tribunal Europeu dos Direitos Humanos. 2015. 110 f. Dissertação (Mestrado Científico em Ciências Jurídico-Políticas) – Faculdade de Direito. Universidade de Coimbra, Coimbra, 2015. Disponível em: <<https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/29920/1/A%20laicidade%20na%20Franca%20republicana.pdf>>. Acesso em: 24 mar. 2016.

REIS, Marta. **Turquia**: os islamistas no poder. 2005. Disponível em: <<https://aquila.iseg.utl.pt/aquila/getFile.do?method=getFile&fileId=194567&contentCo>>

ntextPath_PATH=/unidade/ss/lateral/downloads&_request_checksum_=a48c24c1c4dca78a15b2f98d72ab6f4514ab356d>. Acesso em: 31 maio 2016.

REPUBLIC OF TURKEY MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS. **Turkish Foreign Policy During Ataturk's Era**. 2016. Disponível em: <http://www.mfa.gov.tr/turkish-foreign-policy-during-aturks-era.en.mfa_>. Acesso em: 6 abr. 2016.

REVISIONISTA. *In*: DICIONÁRIO on line de Língua Portuguesa. [2009–2016]. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/revisionismo/>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

ROBINSON, Francis. **Atitudes ocidentais face ao islã**. Fundação Islâmica Al Furqán, 2016. Disponível em: <<http://www.alfurqan.pt/index.php/temas-islamicos/actualidade/131-atitudes-ocidentais-face-ao-islao>>. Acesso em: 24 abr. 2016.

ROSA, Leonardo Dutra. Das reformas otomanas à modernização republicana: cultura e modernidade na Turquia. 2004. **Cadernos de Pesquisa do CDHIS**. [s.l.], v. 1, n. 41, Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/cdhis/article/view/7551/4832>>. Acesso em: 1 abr. 2016.

SANDER, Oral. Nationalism and Peace, The Significance of Ataturk's Movement. **The Turkish Year Book**, [s.l.], v. XX, 1981. Disponível em: <<http://dergiler.ankara.edu.tr/dergiler/44/1567/17023.pdf>>. Acesso em: 19 maio 2016.

SANSAL, Burak. **Gallipoli Campaign. All about Turkey**. 2016. Disponível em: <<http://www.allaboutturkey.com/gelibolu.htm>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

SANTOS, Waldeir Eustáquio dos. A geopolítica da Turquia: da Guerra Fria aos dias atuais. *In*: SEMINÁRIO BRASILEIRO DE ESTUDOS ESTRATÉGICOS INTERNACIONAIS SEBREEI, 20 a 22 jun. 2012, Porto Alegre. **Anais...** Disponível em: <<http://www.ufrgs.br/sebreei/2012/wp-content/uploads/2013/01/Waldeir-dos-Santos.pdf>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

SCHÖN, Anna Marisa. **The Construction of Turkish National Identity: nationalization of islam & islamization of nationhood**. 2013. Disponível em: <https://www.tilburguniversity.edu/upload/4a61e225-9a7a-4c58-a55c-dc711ca52b44_Ana%20Marisa%20Schoen%20-%20The%20Construction%20of%20Turkish%20National%20Identity.pdf>. Acesso em: 3 abr. 2016.

SIDDIQUI, Habib. The Turkish experiment with westernization. **Media Monitors Internacional**, [s.l.], 6 jan. 2005. Disponível em: <<http://world.mediamonitors.net/Headlines/The-Turkish-Experiment-with-Westernization>>. Acesso em: 2 jun. 2016.

SPYRIDON, SFETAS. The legacy of the Treaty of Lausanne in the light of Greek-Turkish relations in the twentieth century: Greek perceptions of the Treaty of Lausanne. **Balkanica**, [s.l.], 2015. Disponível em: <[http://www.doiserbia.nb.rs/\(A\(9gkGOKf10QEkAAAAOWNhNGMwM2ItZDI5NC00ZjFkLWE1YWUtZWY2ZWJjZjQ1Y2Y3CSWXThbB5yhXkd9KAJxIYNWZhos1\)\)/Article.aspx?id=0350-76531546195S#.V2GIKInLBg](http://www.doiserbia.nb.rs/(A(9gkGOKf10QEkAAAAOWNhNGMwM2ItZDI5NC00ZjFkLWE1YWUtZWY2ZWJjZjQ1Y2Y3CSWXThbB5yhXkd9KAJxIYNWZhos1))/Article.aspx?id=0350-76531546195S#.V2GIKInLBg)>. Acesso em: 15 jun. 2016.

SUFISMO. *In*: DICIONÁRIO on line de Língua Portuguesa. [2009–2016]. Disponível em: <<http://www.dicio.com.br/sufismo/>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

STONE, Leonard A. Turkish foreign policy: fours pillars of tradition. **Journal of International Affairs**, [s.l], v. VI, n. 2, jun–jul 2001. Disponível em: <<http://sam.gov.tr/wp-content/uploads/2012/01/Leonard-A.-Stone.pdf>>. Acesso em: 21 maio 2016.

SULTANATO. *In*: DICIONÁRIO Português. [2016]. Disponível em: <<http://dicionarioportugues.org/pt/sultanato>>. Acesso em: 4 abr. 2016.

SUMER, Aynur Uluatam; BORAY, Ilknur. **Ataturk's reforms empowered Turkish women and set an example for the developing world**. Ataturk Society of America, 2013. Disponível em: <<http://www.ataturksociety.org/ataturks-reforms-empowered-turkish-women-and-set-an-example-for-the-developing-world/>>. Acesso em: 5 abr. 2016.

TAHIRLI, Taleh. **Secularization in a Society with a Strong Religious Ideology, The case of Turkey**. 2005. Disponível em: <http://liu.divaportal.org/smash/get/diva2:21260/FULLTEXT01.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2016.

TANÖR, Bülent. Ataturk, Nascimento de la Turquía Moderna. **El Correo de la Unesco**, Espanha, nov. 1981. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0007/000747/074752so.pdf>>. Acesso em: 14 mar. 2016.

TARANTELLI, Ricardo. **Erdogan and modern Turkey: an analysis of turkey's foreign policy**. 2014. 59 f. Cátedra de Relações Internacionais. Dep. Ciência Política. Libera Università Internazionale degli Studi Sociali. Disponível em: <<http://tesi.eprints.luiss.it/13247/1/tarantelli-riccardo-tesi-2014.pdf>>. Acesso em: 1 jun. 2016.

TÉLLEZ, Claudio. **O futuro da Turquia**. 2016. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/fts/Turquia.pdf>>. Acesso em: 31 mar. 2016.

TUNÇAY, Mete. **Kemalism**. 2016. Disponível em: <<http://www.oxfordislamicstudies.com/article/opr/t236/e0440>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

TURKISH REVIEW. **Turkey's changing political culture toward a neo-kemalist mentality**. 2012. Disponível em: <http://www.turkishreview.org/articles/turkey-s-changing-political-culture-toward-a-neo-kemalist-mentality_540810>. Acesso em: 3 maio 2016.

ULEMÁ. *In*: DICIONÁRIO Português. [2016]. Disponível em: <<http://dicionarioportugues.org/pt/ulema>>. Acesso em: 14 jun. 2016.

ÜNSAL, Artun. Atatürk's reforms: realization of an utopia by a realist. **The Turkish Yearbook**, [s.l], v. XIX, 1981. Disponível em: <<http://dergiler.ankara.edu.tr/dergiler/44/685/8712.pdf>>. Acesso em: 30 mar. 2016.

ÜNVER, Hamid Akin. Sovereignty and legitimacy as the basis for peace: Atatürk's principles and the future of the arab spring. *In: INTERNATIONAL CONFERENCE PIONEER OF THE MILLENNIUM DEVELOPMENT GOALS: ATATÜRK*, 19 abr. 2003. New Jersey. **Anais...** Disponível em: <<http://www.lightmillennium.org/ataturk/2013/akin-unver-paper.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2016.

WESTAD, Odd Arne. **The Global Cold War: third world Interventions and the making of our times**. Cambridge: University Press, 2007.

YAVALAR, Hudai. **Ataturk's exemplary foreign policy based on independence, westernization and realism**. 2008. Disponível em: <<http://www.ataturksociety.org/ataturks-exemplary-foreign-policy-based-on-independence-westernization-and-realism/>>. Acesso em: 18 maio 2016.

YAYLALI, Cem Devrim. The Montreux Convention regarding the regime of the straits: a Turkish perspective. **Second Line of Defense**, [s.l], 24 abr. 2014. Disponível em: <<http://www.sldinfo.com/the-montreux-convention-regarding-the-regime-of-the-straits-a-turkish-perspective/>>. Acesso em: 13 abr. 2016.

YEHIA, Mohamed. O que é um califado? Entenda o anúncio do grupo rebelde. **BBC Brasil**, [s.l], 30 jun. 2014. Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2014/06/140630_entenda_califado_an>. Acesso em: 7 abr. 2016.

ZUCCHI, Luciano Kneip. As fronteiras estatais do Oriente Médio: interferência ocidental no século XX. **Mundorama Revista Científica em Relações Internacionais**, [s.l], 4 jun. 2014. Disponível em: <<http://www.mundorama.net/2014/06/04/as-fronteiras-estatais-do-oriente-medio-interferencia-ocidental-no-seculo-xx-por-luciano-kneip-zucchi/>>. Acesso em: 19 maio 2016.